



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 12ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**10/05/2023
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Confúcio Moura
Vice-Presidente: Senadora Augusta Brito**



Comissão de Serviços de Infraestrutura

**12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/05/2023.**

12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|------|---|------------------------------|----------|
| 1 | MSF 23/2023 - Não Terminativo - | SENADOR EDUARDO BRAGA | 9 |

2ª PARTE - DELIBERATIVA

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|------|---|---|-----------|
| 1 | TURNO SUPLEMENTAR - Terminativo - | SENADOR WELLINGTON FAGUNDES | 52 |
| 2 | PL 180/2020 - Não Terminativo - | SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES | 66 |
| 3 | PL 2398/2022 - Não Terminativo - | SENADOR IZALCI LUCAS | 73 |
| 4 | PL 2444/2022 - Não Terminativo - | SENADOR IZALCI LUCAS | 82 |

| | | | |
|----------|--|------------------------------|------------|
| 5 | PL 4420/2019 - Terminativo - | SENADOR EDUARDO GOMES | 94 |
| 6 | REQ 41/2023 - CI - Não Terminativo - | | 101 |

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito

(23 titulares e 23 suplentes)

| TITULARES | | | SUPLENTE |
|---|--|------------------------------------|----------------------------|
| Bloco Parlamentar Democracia(PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | | | |
| Jayme Campos(UNIÃO)(2) | MT 3303-2390 / 2384 / 2394 | 1 Efraim Filho(UNIÃO)(2) | PB 3303-5934 / 6116 / 5931 |
| Soraya Thronicke(UNIÃO)(2) | MS 3303-1775 | 2 Jader Barbalho(MDB)(2)(5) | PA 3303-9831 / 9827 / 9832 |
| Rodrigo Cunha(UNIÃO)(2) | AL 3303-6083 | 3 VAGO(2)(6)(5) | |
| Eduardo Braga(MDB)(2) | AM 3303-6230 | 4 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)(5) | AP 3303-6777 / 6568 |
| Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(2) | PB 3303-2252 / 2481 | 5 Fernando Farias(MDB)(2) | AL 3303-6266 / 6293 |
| Confúcio Moura(MDB)(2) | RO 3303-2470 / 2163 | 6 Marcelo Castro(MDB)(2) | PI 3303-6130 / 4078 |
| Carlos Viana(PODEMOS)(2) | MG 3303-3100 | 7 Oriovisto Guimarães(PODEMOS)(2) | PR 3303-1635 |
| Weverton(PDT)(2) | MA 3303-4161 / 1655 | 8 Cid Gomes(PDT)(2) | CE 3303-6460 / 6399 |
| Izalci Lucas(PSDB)(2) | DF 3303-6049 / 6050 | 9 Alessandro Vieira(PSDB)(2) | SE 3303-9011 / 9014 / 9019 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD, REDE) | | | |
| Daniella Ribeiro(PSD)(4) | PB 3303-6788 / 6790 | 1 Irajá(PSD)(4) | TO 3303-6469 |
| Vanderlan Cardoso(PSD)(4) | GO 3303-2092 / 2099 | 2 Dr. Samuel Araújo(PSD)(4) | RO 3303-6148 |
| Lucas Barreto(PSD)(4) | AP 3303-4851 | 3 Margareth Buzetti(PSD)(4) | MT 3303-6408 |
| Otto Alencar(PSD)(4)(8) | BA 3303-1464 / 1467 | 4 Omar Aziz(PSD)(4) | AM 3303-6579 / 6581 |
| Augusta Brito(PT)(4) | CE 3303-5940 | 5 Humberto Costa(PT)(4) | PE 3303-6285 / 6286 |
| Teresa Leitão(PT)(4) | PE 3303-2423 | 6 Rogério Carvalho(PT)(4) | SE 3303-2201 / 2203 |
| Beto Faro(PT)(4) | PA 3303-5220 | 7 Fabiano Contarato(PT)(4) | ES 3303-9054 |
| Chico Rodrigues(PSB)(4) | RR 3303-2281 | 8 Jorge Kajuru(PSB)(4) | GO 3303-2844 / 2031 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO) | | | |
| Wellington Fagundes(PL)(1) | MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6213 / 3775 | 1 Jaime Bagattoli(PL)(1) | RO 3303-2714 |
| Wilder Morais(PL)(1) | GO 3303-6440 | 2 Jorge Seif(PL)(1) | SC 3303-3784 / 3807 |
| Eduardo Gomes(PL)(1) | TO 3303-6349 / 6352 | 3 Astronauta Marcos Pontes(PL)(1) | SP 3303-1177 / 1797 |
| Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS) | | | |
| Tereza Cristina(PP)(1) | MS 3303-2431 | 1 Laércio Oliveira(PP)(1) | SE 3303-1763 / 1764 |
| Luis Carlos Heinze(PP)(1) | RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132 | 2 Esperidião Amin(PP)(1) | SC 3303-6446 / 6447 / 6454 |
| Cleitinho(REPUBLICANOS)(1) | MG 3303-3811 | 3 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1) | RR 3303-5291 / 5292 |

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (3) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- (4) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (5) Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (6) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- (7) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (8) Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- (9) Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 9:00 HORAS
 SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
 TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
 FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-4607
 E-MAIL: ci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 10 de maio de 2023
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

12ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

| | |
|-----------------|---|
| 1ª PARTE | Indicação de Autoridade |
| 2ª PARTE | Deliberativa |
| Local | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 |

Retificações:

1. atualização do horário da reunião. (09/05/2023 18:13)
2. Inclusão do turno suplementar do substitutivo ao PL 1717/2019 (10/05/2023 09:44)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Não apresentado

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****TURNOS SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO****PROJETO DE LEI Nº 1717, DE 2019****- Terminativo -**

Ementa do Projeto: *Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.*

Autoria do Projeto: Senador Lucas Barreto

Relatoria do Projeto: Senador Wellington Fagundes

Observações:

- 1. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar*
- 2. Se não forem apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno*

Textos da pauta:

[Parecer \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Projeto de Lei Ordinária - Redação para segundo turno \(CI\)](#)

ITEM 2**PROJETO DE LEI Nº 180, DE 2020****- Não Terminativo -**

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano

Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.

Observações:

1. Após ser apreciada na CI, a matéria vai à CDR
2. Votação simbólica

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2398, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para garantir a utilização do benefício fiscal a taxistas, independentemente da propriedade prévia de automóvel utilizado na categoria de aluguel (táxi), e para permitir a alienação do automóvel, com dispensa do pagamento do imposto e dos acréscimos legais, no caso de falecimento do motorista profissional no período de dois anos, contado da data de sua aquisição.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após deliberação na CI, a matéria vai à CAE, terminativamente
2. Votação simbólica

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2444, DE 2022

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação, com a emenda 1-T e as emendas que apresenta

Observações:

1. Em 24/11/2022 o Senador Fernando Collor apresentou a emenda 1-T
2. Após deliberação na CI, a matéria vai à CAE, terminativamente
3. Votação simbólica

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Emenda 1-T \(CI\)](#)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4420, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-080, no trecho entre a BR-153 e a BR-010.

Autoria: Senador Siqueira Campos

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41, DE 2023

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2023 - CI seja incluído o seguinte convidado:• o Senhor Rodrigo Lopes Sawaia, Presidente Executivo da ABSOLAR -Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica.

Autoria: Senador Lucas Barreto

Textos da pauta:

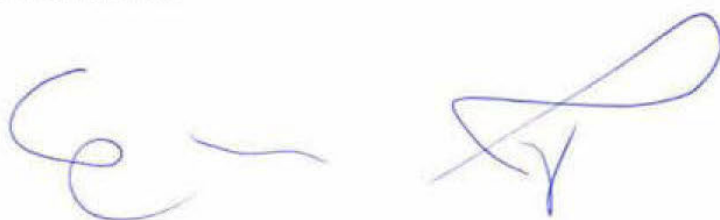
[Requerimento \(CI\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1

CURRICULUM VITAE

ERICK MOURA DE MEDEIROS





Erick Moura de Medeiros

Ingresso no Serviço Público Federal: 29.2.1988, em um total de 35 anos.
 Auditor Federal de Finanças e Controle, Classe “S”, Padrão “IV”, da Controladoria-Geral da União – CGU desde 14/05/2007
 Habilitado no Conselho Regional de Administração do DF (CRA-DF)
 Habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF (CREA-DF)
 Cargo comissionado atual: Corregedor do Ministério do Turismo
 Oficial-Superior da Reserva Não-Remunerada da Marinha do Brasil, em um total de 19 anos (ingresso: fevereiro/1988; baixa a pedido: maio/2007).

Experiência Profissional:

Síntese de habilidades e conhecimentos:

- ⇒ Gestor ao longo de 35anos, no âmbito da Administração Pública Federal, tendo visitado 22 Unidades da Federação, no exercício de função pública;
- ⇒ Administração, planejamento e execução sustentáveis de obras públicas de infraestruturas, incluídas as de natureza rodoviária, ferroviária, aquaviária e aeroviária;
- ⇒ Operacionalização e implementação de programas e projetos sustentáveis de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, bem como para a expansão dos setores urbano, habitacional, de serviços, tecnológico e de estímulo à inovação;
- ⇒ Promoção de investimentos em parcelamentos do solo, desapropriação, infraestrutura e edificações, bem como de construção, manutenção e adequação física e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos;
- ⇒ Participação em Sabatina do Senado Federal para o cargo de Diretor do DNIT, indicado pela Exmª Srª Presidenta Dilma Rousseff, tendo sido aprovado por unanimidade de votos na Comissão de Serviços de Infraestrutura e por 57 votos, entre 65 Senadores presentes, em votação no Plenário;
https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124253/votacoes#votacao_5517
- ⇒ Participações em audiências públicas diversas perante comissões temáticas do Senado Federal e da Câmara Federal;
- ⇒ Planejamento e execução orçamentária;
- ⇒ Planejamento e execução de contratos e convênios;
- ⇒ Recursos Humanos;
- ⇒ Recursos Logísticos;
- ⇒ Tecnologia da Informação e Comunicação;
- ⇒ Auditoria e Fiscalização;
- ⇒ Corregedoria;

- ⇒ Ouvidoria;
- ⇒ Prevenção e Combate à Corrupção;
- ⇒ Governança e Compliance;
- ⇒ Noções de Relações Institucionais;
- ⇒ Noções de Engenharia Civil, Eletrônica e Naval;
- ⇒ Noções de Comércio Exterior;
- ⇒ Inglês Intermediário.

2.2 - HABILITADO CRA/DF nº [REDACTED]

2.3 - HABILITADO CREA/DF nº [REDACTED]

2.4 – MINISTÉRIO DO TURISMO (desde dezembro de 2021)

- Cargo: Corregedor do Ministério do Turismo – Cargo FCE – 1.13

2.5 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS – APEX BRASIL (setembro de 2019 a outubro de 2020)

- Cargos: Gerente de Auditoria Interna (setembro/2019 a janeiro/2020), Gerente de Integridade (janeiro a outubro de 2020) e Encarregado de Dados Pessoais (DPO/LGPD - janeiro a outubro de 2020) – Cargo equivalente a DAS 101.5

2.6 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT (de fevereiro/2016 a janeiro/2019)

- Cargo: Diretor de Infraestrutura Aquaviária – aprovado por unanimidade na sabatina ocorrida na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Posteriormente, aprovado com 57 votos a favor no Plenário do Senado Federal - Cargo DAS 101.5.
- Cargo: Diretor de Infraestrutura Rodoviária Substituto, Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto e Diretor de Administração e Finanças Substituto – Cargos DAS 101.5.

2.7 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (maio/2015 a fevereiro/2016)

- Cargo: Corregedor Seccional do Ministério dos Transportes – Cargo DAS 101.4.

2.8 – SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (junho/2013 a janeiro/2015)

- Cargo: Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Recursos Logísticos

2.9 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (abril/2012 a junho/2013)

- Cargo: Coordenador-Geral de Recursos Logísticos Substituto e de Coordenador de Suprimento e Patrimônio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – Cargo DAS 101.3.

2.10 – MARINHA DO BRASIL (fevereiro/1988 a maio/2007)

- Formação em Ciências Navais pela Escola Naval em 1995.
- Participação em diversas ações cívico-sociais por cerca de três anos e meio, junto a populações carentes, indígenas e ribeirinhas em meios navais e aeronavais.
- Exercício, por mais de 19 anos, nas seguintes funções, até o posto de Capitão-de-Corveta:

- ☐ Juiz Militar na 11ª Circunscrição da Justiça Militar em Brasília/DF;
- ☐ Encarregado de Navegação
- ☐ Imediato (substituto do Comandante) de Navio-Patrolha
- ☐ Membro Coordenador da Manutenção de Navio-Patrolha em estaleiro da Base Naval de Aratu em Salvador/Bahia
- ☐ Oficial de Operações de Organização Militar de 1ª Classe;
- ☐ Oficial de Comunicações Navais de Organização Militar de 1ª Classe;
- ☐ Secretário de Comandante de Organização Militar de 1ª Classe;
- ☐ Oficial de Inteligência;
- ☐ Encarregado da Divisão de Aviônica do 1º Esquadrão de Helicópteros de Ataque;
- ☐ Controlador aerotático de meios aeronavais;
- ☐ Encarregado de Pessoal, de Relações Públicas e de Esportes;
- ☐ Agente Financeiro;
- ☐ Membro de Comissão Permanente de Licitações e Contratos;
- ☐ Membro de Comissão de Pregão Eletrônico;
- ☐ Chefe do Departamento de Operações da Estação-Rádio da Marinha em Brasília/DF;
- ☐ Encarregado do grupo vencedor, nos anos de 2004 a 2009, do Prêmio de Melhor Destacamento da Rede Naval Interamericana de Telecomunicações – RNIT concedido pelo Governo dos Estados Unidos da América.
- Baixa (**a pedido**) em maio de 2007, em razão de ingresso, mediante concurso público, na carreira civil de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – CGU.
- **CONDECORAÇÕES:**
 - ☐ Medalha Militar com Passador de Bronze em decorrência de mais de 10 anos de bons serviços prestados ao país;
 - ☐ Medalha Mérito Marinheiro de uma âncora por ter mais de 500 dias de mar na carreira;
 - ☐ Medalha Rede Naval Interamericana de Telecomunicações – RNIT;
 - ☐ Hidrógrafo Honorário;
 - ☐ Medalha Mérito Cartográfico, grau Comendador; e
 - ☐ Medalha Mérito Tamandaré.
- **PORTOS NAVEGADOS E CIDADES VISITADAS DURANTE O SERVIÇO ATIVO NA MARINHA DO BRASIL:**
 - a) no Brasil:** Rio de Janeiro/RJ, Angra dos Reis/RJ, Santos/SP, Vitória/ES, Itajaí/SC, Rio Grande/RS, Salvador/BA, Aratu/BA, Ilhéus/BA, Maceió/AL, Aracaju/SE, Recife/PE, Natal/RN, Fortaleza/CE, Belém/PA e Manaus/AM; e
 - b) no exterior:** Praia (Cabo Verde); Bissau (Guiné-Bissau); Civitavecchia, Roma, Cidade do Vaticano, Milão, Veneza, Assis, Gênova, Padova, Florença (Itália); Villefranche-sur-mer, Paris (França); Principado de Mônaco; Kiel, Munique, Berlim (Alemanha); Zeebrugge, Bruges, Bruxelas (Bélgica); Amsterdã (Holanda); Londres (Inglaterra); Estocolmo (Suécia); Oslo (Noruega); São Petersburgo (Rússia); Lisboa, Fátima, Ilha da Madeira (Portugal); Barcelona (Espanha); Nova Iorque, Nova Orleans, Beaumont, Washington D.C., Miami, Orlando (E.U.A.); Cidade do Panamá (Panamá).

Lima (Peru); Santiago, Viña del Mar (Chile); Buenos Aires (Argentina) e Montevideu (Uruguai).

2.11 - APROVAÇÕES EM CONCURSOS PÚBLICOS

- ☐ **Colégio Naval** (1987)
- ☐ **Tribunal Regional do Trabalho – 10ª Região** (2005) – Analista Judiciário - Área de Contabilidade
- ☐ **Tribunal de Contas da União** (2005) - Analista de Controle Externo em Auditoria de Obras
- ☐ **Controladoria-Geral da União** (2006) - Analista de Finanças e Controle – Área de Correição
- ☐ **Tribunal de Contas da União** (2008) - Analista de Controle Externo em Auditoria Governamental
- ☐ **Senado Federal** (2012) - Consultor Legislativo - Subárea Desporto e Cultura

3 - Escolaridade:

3.1- **Ensino Médio – Colégio Naval** – Marinha do Brasil, cursado nos anos de 1988 a 1990

3.2- **Ensino Superior – Escola Naval** – Bacharel em Ciências Náuticas – Marinha do Brasil, cursado nos anos de 1991 a 1994, onde constam no histórico escolar, entre outras, as disciplinas de Direito, Estatística, Matemática Financeira, Cálculo, Administração, Geometria Descritiva e Noções de Engenharia Elétrica, Naval e Civil.

3.3- **Especialização em Eletrônica e Guerra de Superfície** – Marinha do Brasil, cursado no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - CIAW, nos anos de 1995 e 1996.

3.4- **Pós-graduação em Estado-Maior, Planejamento e Assessoramento**, cursado na Escola de Guerra Naval – RJ, no ano de 2004.

3.5- **Especialização** – Curso de Formação para servidores da Controladoria-Geral da União - CGU, cursado na Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF - DF, no ano de 2007, onde se abordam disciplinas como Administração Financeira e Orçamentária, Lei de Licitações e Contratos, Lei dos Consórcios Públicos, Regime Jurídico Único dos Servidores da União, com ênfase em Direitos, Vantagens, Licenças e Regime Disciplinar, bem como conhecimentos de Contabilidade Pública e Contabilidade Geral.

4 - Outros Cursos

4.1 – Seminário Nacional “O QUE MUDA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM O NOVO DECRETO Nº 7.892/13” – abril de 2013 – Brasília/DF – Zênite Consultoria.

4.2 – Seminário Nacional “REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS” – maio de 2013 – Brasília/DF – Zênite Consultoria.

4.3 – Seminário Nacional “COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DOS PREÇOS DA IN Nº 02/08 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS” – 5 a 7 de junho de 2013 – Brasília/DF – Zênite Consultoria.

- 4.4 - Curso de Gestão e Liderança, de 1º a 4 de outubro de 2012, realizado na FGV – Brasília.
- 4.5 - Combate a incêndios e primeiros socorros, em janeiro de 1995, realizado no Centro de Adestramento Almirante Marques Leão.
- 4.6 – Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, realizada em 1995.
- 4.7 – Curso de Controlador Aerotático de Aeronaves, realizado em abr/1996, no Centro de Adestramento Almirante Marques Leão - Rio de Janeiro.
- 4.8 – Curso de Gestão da Qualidade Total, realizado em ago/1999 no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - Rio de Janeiro.
- 4.9 - Curso de inglês no CCAA – Rio de Janeiro, de mar/2000 a dez/2003, com conhecimentos de nível intermediário.
- 4.10 - Curso de Gestão Contemporânea, realizado em abr/2001 no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - Rio de Janeiro.
- 4.11 - Curso de Segurança de Vôo, realizado em ago/2003 na Base Aérea de São Pedro d'Aldeia/RJ.
- 4.12 - Curso de informática (MS-DOS/Windows/Word/Excel), concluído em mar/2004, com conhecimentos de nível intermediário a avançado.

5 - Dados Pessoais:

- 5.1- Filiação: [REDACTED]
- 5.2- Data de nascimento: [REDACTED]
- 5.3- Estado civil: [REDACTED]
- 5.4- Filhos: [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
- 5.5- Naturalidade: [REDACTED]
- 5.6- Nacionalidade: [REDACTED]
- 5.7- Endereço: [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

6 - Identificação:

- 6.1- Carteira de identidade: nº [REDACTED]
[REDACTED]
- 6.2- Título de Eleitor nº: [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]
- 6.3- CPF nº [REDACTED]
- 6.4- PASEP nº: [REDACTED]

Brasília/DF, 6 de abril de 2023.


ERICK MOURA DE MEDEIROS

Declaração vedação ao nepotismo – Art. 383, I, b, 1.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, declaro que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, em cumprimento ao item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 6 de abril de 2023.



ERICK MOURA DE MEDEIROS
CPF [REDACTED]

Declaração participação societária-Art. 383, I, b, 2.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, declaro que não detenho nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em cumprimento ao item 2 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 6 de abril de 2023.



ERICK MOURA DE MEDEIROS
CPF [REDACTED]

Declaração regularidade fiscal-Art. 383, b, 3.

DECLARAÇÃO

Eu, **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, brasileiro, natural de Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade de nº [REDACTED], expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF em [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 3 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não possuo pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, conforme documentação em anexo.

Brasília, 6 de abril de 2023.



ERICK MOURA DE MEDEIROS
CPF [REDACTED]

Declaração ações judiciais-Art. 383, b, 4.

DECLARAÇÃO

Eu, **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, brasileiro, natural de Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade de nº [REDACTED] expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF em [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] DECLARO, para fins do disposto no artigo 383, I, "b", 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que não figuro como autor ou réu em nenhuma ação judicial.

Brasília, 6 de abril de 2023.



ERICK MOURA DE MEDEIROS
CPF [REDACTED]

Declaração cargos-Art. 383, b, 5.

DECLARAÇÃO

Eu, **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, brasileiro, natural de Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade de nº [REDACTED], expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF em [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 5 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que, nos últimos 05 anos, exerci a seguinte função:

Conselheiro da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP (de setembro de 2021 a setembro de 2022)

Brasília, 6 de abril de 2023.



ERICK MOURA DE MEDEIROS
CPF [REDACTED]

Excelentíssimo(a)s Sr(a)s Senadore(a)s,

Trata-se de argumentação escrita sucinta, em face de minha honrosa indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a fim de efetuar nomeação para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, razão pela qual passo a transcorrer sobre minha formação técnica adequada, experiência profissional, bem como da afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

No que se refere à **formação profissional**, participo que ingressei no serviço público federal em fevereiro de 1988, mediante concurso público no qual me graduei como Bacharel em Ciências Navais pela Marinha do Brasil em 1995, tendo permanecido por 19 anos no serviço ativo (até 2007), quando solicitei baixa voluntariamente, para tomar posse em cargo inacumulável, tendo em vista minha aprovação no concurso público para Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União - CGU, onde sou servidor efetivo até o presente momento, ou seja, por 16 anos.

Ao longo destes honrosos mais de 35 anos no serviço público federal, frise-se, somente em carreiras típicas de Estado, pude aplicar diversos conhecimentos em disciplinas técnicas adequadas às atividades pretendidas, sendo as principais listadas resumidamente a seguir:

- Navegação Básica e Avançada (Interior e Marítima)
- Navegação Astronômica
- Navegação Eletrônica
- Noções de Engenharia Naval, Civil, Mecânica, Eletrônica e Elétrica
- Estatística
- Matemática Financeira
- Cálculo
- Direito
- Geometria Descritiva
- Administração
- Inglês em nível intermediário
- Contabilidade Geral e Pública
- Administração Financeira e Orçamentária

Além disso, possuo Especialização em Eletrônica e Guerra de Superfície, Pós-Graduação em Estado-Maior, Planejamento e Assessoramento, além de ser Administrador habilitado no Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, CRA/DF nº 20-30224, bem como habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, CREA/DF nº 29623/D-DF.

Por fim, fiz Especialização referente ao Curso de Formação para servidores da Controladoria-Geral da União - CGU, cursado na Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF - DF, onde se abordaram disciplinas como Administração Financeira e Orçamentária, Lei de Licitações e Contratos, Lei dos Consórcios Públicos, Regime Jurídico Único dos Servidores da União, com ênfase em Direitos, Vantagens, Licenças e Regime Disciplinar, bem como conhecimentos de Contabilidade Pública e Contabilidade Geral.

Superada a parte da demonstração da adequada formação profissional, passo a tratar da **experiência e conhecimentos profissionais** que possuo, as quais registro as principais a seguir:

- ⇒ Gestor ao longo de 28 anos, no âmbito da Administração Pública, tendo visitado 22 Unidades da Federação, no exercício de função pública;
- ⇒ Participação em diversas ações cívico-sociais por cerca de três anos e meio, junto a populações carentes, indígenas e ribeirinhas em meios navais e aeronavais;
- ⇒ Administração, planejamento e execução sustentáveis de obras públicas de infraestruturas, incluídas as de natureza rodoviária, ferroviária, aquaviária e aeroaviária;
- ⇒ Operacionalização e implementação de programas e projetos sustentáveis de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, bem como para a expansão dos setores urbano, habitacional, de serviços, tecnológico e de estímulo à inovação;
- ⇒ Promoção de investimentos em parcelamentos do solo, desapropriação, infraestrutura e edificações, bem como de construção, manutenção e adequação física e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos;
- ⇒ Participação em Sabatina do Senado Federal para o cargo de Diretor do DNIT, indicado pela Exmª Srª Presidenta Dilma Rousseff, tendo sido aprovado por unanimidade de votos na Comissão de Serviços de Infraestrutura e por 57 votos, entre 65 Senadores presentes, em votação no Plenário;

(https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124253/votacoes#votacao_5517)

- ⇒ Participações em audiências públicas diversas perante comissões temáticas do Senado Federal e da Câmara Federal;
- ⇒ Planejamento e execução orçamentária e de contratos e convênios;
- ⇒ Recursos Humanos e Logísticos;
- ⇒ Tecnologia da Informação e Comunicação;
- ⇒ Auditoria e Fiscalização; Corregedoria; Ouvidoria; Prevenção e Combate à Corrupção; Governança e Compliance;
- ⇒ Noções de Relações Institucionais e de Comércio Exterior.

Atualmente exerço a função comissionada de Corregedor do Ministério do Turismo, mas já exerci diversas funções em órgãos e entidades da Administração Pública Federal, as quais passo a expor as principais a seguir:

- ⇒ DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
(Cargos: Diretor de Infraestrutura Aquaviária titular, Diretor de Infraestrutura Rodoviária Substituto, Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto e Diretor de Administração e Finanças Substituto)
- ⇒ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
(Cargo: Corregedor Seccional do Ministério dos Transportes)
- ⇒ AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS – APEX BRASIL
(Cargos: Gerente de Auditoria Interna, Gerente de Integridade e Encarregado da LGPD)
- ⇒ SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Cargo: Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Recursos Logísticos)

⇒ **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

(Cargo: Coordenador-Geral de Recursos Logísticos Substituto e Coordenador de Suprimento e Patrimônio)

⇒ **MARINHA DO BRASIL**

(Principais cargos até o posto de Capitão-de-Corveta: Juiz Militar na 11ª Circunscrição da Justiça Militar em Brasília/DF; Encarregado de Navegação; Imediato/substituto do Comandante; Oficial de Operações, de Comunicações Navais e de Inteligência; Encarregado do setor de Avionica de Helicópteros de Ataque; Controlador aerotático de meios aeronavais; Encarregado de Pessoal, de Relações Públicas e de Esportes; Agente Financeiro)

Ressalte-se que, no período que servi à Marinha do Brasil, tive a oportunidade de navegar em vias marítimas e hidroviárias de navegação interior (por mais de 500 dias de operação), tais como o Canal de Panamá, o Rio Mississipi e a Mobile Bay, sem contar as inúmeras milhas singradas na Baía de Guanabara (RJ), na Baía de Todos os Santos/BA, e também ao longo de toda a costa e águas interiores brasileiras, assim como em águas internacionais.

Neste sentido, consigna-se o fato de já ter navegado e atracado em diversos portos, entre eles, Manaus/AM, Belém/PA, Rio de Janeiro/RJ, Angra dos Reis/RJ, Santos/SP, Vitória/ES, Itajaí/SC, Rio Grande/RS, Salvador/BA, Aratu/BA, Ilhéus/BA, Maceió/AL, Aracaju/SE, Recife/PE, Natal/RN, Fortaleza/CE, Praia (Cabo Verde), Bissau (Guiné-Bissau), Civitavecchia (Itália), Villefranche-sur-mer (França), Principado de Mônaco, Kiel (Alemanha), Zeebrugge (Bélgica), Amsterdã (Holanda), Londres (Inglaterra), Estocolmo (Suécia), Copenhage (Dinamarca), Oslo (Noruega), São Petersburgo (Rússia), Lisboa e Ilha da Madeira (Portugal), Barcelona (Espanha), Nova Iorque, Nova Orleans, Mobile, Beaumont e Miami (E.U.A.), Cidade do Panamá (Panamá), El Callao/Lima (Peru); Viña del Mar (Chile); Buenos Aires (Argentina) e Montevideu (Uruguai).

Ademais, no âmbito da minha primeira passagem ocorrida na Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT, de 2016 a 2018, visitei diversas instalações portuárias de pequeno porte da Região Norte, barragens e eclusas, bem como acompanhei dragagens, manutenções e operações aquaviárias, inspeções e reformas das instalações administrativas e operacionais das Administrações Hidroviárias então existentes no DNIT.

Por fim, no transcorrer das informações até aqui prestadas, observa-se a respectiva **afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade**, em especial a relativa aos cargos anteriormente ocupados sem restrições em consultas governamentais, nem qualquer responsabilização, além das muitas condecorações pelo reconhecimento do setor aquaviário, tais como Hidrógrafo Honorário, Medalha Mérito Cartográfico (grau Comendador), Medalha Mérito Tamandaré, Medalha Militar com Passador de Bronze (pelos mais de 10 anos de bons serviços prestados ao país) e Medalha Mérito Marinheiro de uma âncora (pelos mais de 500 dias de mar na carreira).

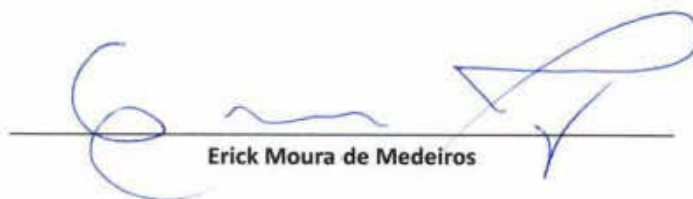
Registre-se, ainda, que ao ingressar na Controladoria-Geral da União – CGU, especializado na área de Correição, continuei a prestar nobre atividade estatal, em prol do fortalecimento do zelo pela coisa pública, tendo me aperfeiçoado nos últimos quatro anos em temas relacionados à Integridade, Auditoria, Ouvidoria e Corregedoria, esta onde atualmente me encontro em exercício no Ministério do Turismo.



Também, conforme descrito anteriormente, no transcurso da minha carreira pública, colecionaram-se experiências de gestor público, sem ter ocorrido qualquer responsabilização contra mim, nas áreas de relações Institucionais e de comércio exterior, de gestão orçamentária e financeira, de recursos humanos, de recursos logísticos e de tecnologia da informação e comunicação, além de administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura aquaviária, gerenciar a revisão de projetos de engenharia na fase de execução e obras, bem como colaborar para o exercício do poder normativo relativo à utilização da infraestrutura de transporte aquaviário.

Em face da presente argumentação exposta, consigno minha satisfação pela relevante e honrosa indicação de meu nome para o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e agradeço humildemente pela oportunidade de demonstrar minha eventual capacitação para novos desafios, razão pela qual rogo pelo conhecimento e apreciação dos subsidios apresentados, para decisão posterior de Vossas Excelências.

Brasília/DF, em 10 de abril de 2023.



Erick Moura de Medeiros



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ERICK MOURA DE MEDEIROS
CPF: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.


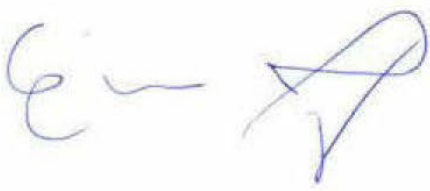
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 18:38:48 do dia 06/04/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/10/2023.

Código de controle da certidão: **1F61.993F.0EC3.7C97**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

| | | |
|---|---|-------------------------|
|  | GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA SUBSECRETARIA DA RECEITA | |
| | CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA | |
| | CERTIDÃO Nº: | 106034733452023 |
| | NOME: | ERICK MOURA DE MEDEIROS |
| | ENDEREÇO: | [REDACTED] |
| CIDADE: | [REDACTED] | |
| CPF: | [REDACTED] | |
| FINALIDADE: | [REDACTED] | |
| <p>_____ CERTIFICAMOS QUE _____</p> | | |
| <p>Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima. Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.</p> | | |
| <p>Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.</p> | | |
| <p>Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente. Válida até 05 de julho de 2023. *</p> | | |
| <p>* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.</p> | | |
|  | | |
| <p>Certidão emitida via internet em 06/04/2023 às 18:34:27 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.</p> | | |

3



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ERICK MOURA DE MEDEIROS**

Inscrição: [REDACTED]

Zona: [REDACTED] Seção: [REDACTED]

Município: [REDACTED]

UF: DF

Data de nascimento: [REDACTED]

Domicílio desde: 21/02/2005

Filiação: - [REDACTED]
- [REDACTED]

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Certidão emitida às 18:50 em 06/04/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

6ØPN.NA2E.GNS6.AKOK

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).


TJDFT

 Poder Judiciário da União
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 06/04/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ERICK MOURA DE MEDEIROS

[REDACTED]

[REDACTED]

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/04/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.AV30.PT66.RI4J.RN02.OJ44**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 106034733842023
NOME: ERICK MOURA DE MEDEIROS
ENDEREÇO: [REDACTED]
CIDADE: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
FINALIDADE: [REDACTED]

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU ,
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA ,

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 05 de julho de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 06/04/2023 às 18:51:13 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 06/04/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ERICK MOURA DE MEDEIROS

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/04/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.9ATI.N9F6.8T8R.8FSW.GXIY**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***


TJDFT

 Poder Judiciário da União
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 06/04/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ERICK MOURA DE MEDEIROS

[REDACTED]

[REDACTED]

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/04/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.NDMO.VUM6.PRST.DCK4.P4XN**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***


TJDFT

 Poder Judiciário da União
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 06/04/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ERICK MOURA DE MEDEIROS

[REDACTED]

[REDACTED]

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/04/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.F7RA.01KZ.RVOR.9X8T.MVJ2**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

27952789/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CÍVEIS** em tramitação contra:

ERICK MOURA DE MEDEIROS

OU

CPF n. [REDACTED]

Certidão emitida em 06/04/2023, às 19:20:59 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 06/04/2023, às 06:05:12;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 06/04/2023, às 06:05:12.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 27952789

Código de Validação: B532 671B 44FD 6AB6 D8D2 D4C7 BE66 BD61

Data da Atualização: 06/04/2023, às 06:05:12



06/04/2023



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

27952793/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

ERICK MOURA DE MEDEIROS

OU

CPF n. [REDACTED]

Certidão emitida em 06/04/2023, às 19:21:49 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 06/04/2023, às 06:05:12;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 06/04/2023, às 06:05:12.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 27952793

Código de Validação: F7AC C27D 841A 086F 5E3C 8319 B403 9CC7

Data da Atualização: 06/04/2023, às 06:05:12



06/04/2023



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Gabinete do Ministro

Este cadastro deve ser assinado e com rubrica em todas as páginas, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das qualificações informadas nos itens 14 e 16.

CADASTRO DE INDICAÇÃO CONSELHO DIRETOR OU DA DIRETORIA COLEGIADA

Conformidade com o disposto no § 2º do art. 8º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, com o Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, bem como com o constante da alínea a) do inciso I e, cumulativamente, o inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000.

Verificação dos requisitos e vedações legais exigidos para indicação para composição de lista de substituição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das Agências reguladoras.

A. DADOS GERAIS

| | | |
|---|--------------------------------|---------------------------------|
| 1. Nome completo: Erick Moura de Medeiros | | |
| 2. CPF: [REDACTED] | 3. Data Nascimento: [REDACTED] | 4. Sexo: (X) M () F |
| 5. Cargo efetivo: Auditor Federal de Finanças e Controle - AFFC | | |
| 6. Função comissionada: Corregedor do Ministério do Turismo | | 7. Código da função: FCE 1.13 |
| 8. Telefone profissional: (61) 2023-7653 | | 9. Telefone pessoal: [REDACTED] |
| 10. E-mail profissional: erick.turismo.gov.br | | |
| 11. E-mail pessoal: [REDACTED] | | |
| 12. Órgão ao qual foi indicado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT | | |

B. CRITÉRIOS/REQUISITOS (Incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 9.727/2019, inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000) Necessidade de comprovação documental (itens 14 e 16)

| | |
|---|-------------------|
| 13. possui idoneidade moral e reputação ilibada | (X) Sim () Não |
| 14. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação?* (art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.986/2020) | (X) Sim () Não |
| *Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação | |
| 15. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (art. 5º, inciso I, da Lei nº 9.986/2020)* | |
| () 10 (anos) no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexa, em função de direção superior | |
| (X) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos: | |
| <ul style="list-style-type: none"> - cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; <u>Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019</u> - cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; <u>Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019</u> - cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou <u>Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019</u> | |
| () 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área | |

Página 1 de 3

conexa

**Apresentar como documentos comprobatórios*

| | |
|--|-------------------|
| 16. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990? Não. | |
| a) é pessoa inalistável ou analfabeto? | () Sim (X) Não |
| b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura? | () Sim (X) Não |
| c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito? | () Sim (X) Não |
| d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | () Sim (X) Não |
| e) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo? 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando | () Sim (X) Não |
| f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos? | () Sim (X) Não |
| g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição? | () Sim (X) Não |
| h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | () Sim (X) Não |
| i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação? | () Sim (X) Não |
| j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição? | () Sim (X) Não |
| k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura? | () Sim (X) Não |
| l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo | () Sim (X) Não |

Página 2 de 3

| | |
|---|-------------------|
| de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena? | |
| m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário? | () Sim (X) Não |
| n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude? | () Sim (X) Não |
| o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário? | () Sim (X) Não |
| p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão? | () Sim (X) Não |
| q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos? | () Sim (X) Não |

C. VEDAÇÕES (Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, art. 8º-A)

| | |
|--|-------------------|
| 17. é de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos?* | () Sim (X) Não |
| 18. - atuou nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral? | () Sim (X) Não |
| 19. exerce cargo em organização sindical? | () Sim (X) Não |
| 20. participa direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela agência reguladora em que atuaria, ou que tenha matéria ou ato submetido à apreciação dessa agência reguladora? | () Sim (X) Não |
| 21. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990? | () Sim (X) Não |
| 22. é membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência? *A vedação prevista no inciso I do caput estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas | () Sim (X) Não |

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Brasília/DF, em 6/4/2023
Local e data


Assinatura do(a) Indicado(a)

SEST/ME: atualizado em 10/12/2019.


MINISTÉRIO DA MARINHA
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA
ESCOLA NAVAL

O Comandante da Escola Naval, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista a conclusão com aproveitamento do Curso da Escola Naval, confere ao Guarda-Marinha _____

ERICK MOURA DE MEDEIROS

este Diploma de Graduação em Ciências Navais, com Validade Nacional conforme o Art. 20 da Lei 6540, de 28 de junho de 1978, o qual outorga todos os direitos e prerrogativas inerentes.

Rio de Janeiro, RJ, 27 de setembro de 1995

[Assinatura] *[Assinatura]* *[Assinatura]*
SUPERINTENDENTE DE ENSINO COMANDANTE DIPLOMADO
MARCOS AUGUSTO LEAL DE AZEVEDO

O Presente Diploma Confere Habilitação na Área de
Eletrônica

DADOS PESSOAIS

Nome ERICK MOURA DE MEDEIROS

nascido no dia 20 de abril de 1972, natural de Rio de Janeiro
CIDADE/ESTADO

Rio de Janeiro

filho de [REDACTED]

de [REDACTED]

REGISTRO NA ESCOLA NAVAL
Livro 7 a fls. 27

[Assinatura]
ASSISTENTE
ELIVIO SOARES FERREIRA
Capitão-de-Corveta
Instituto

reconhecido pelo Conselho Federal
de Educação como Curso de Área de
competência da Marinha.
PARECER N.º 2.129/78 (D.O.U. de
04/09/78).

MINISTÉRIO DA MARINHA

Reconhecido como Curso de Graduação
de Nível Superior pelo Decreto n.º
83.151 de 12 de fevereiro de 1979,
publicado no Diário Oficial da União
de 13/02/79.



[Assinatura]
Secretaria da EN
Juraciara Roriz Paiva de Vasconcelos
Agente Administrativo
Secretaria - Escolar

[Assinatura]
Superintendente de Ensino
JORGE ALBERTO DE MELO





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2023

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 175

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 1º de maio de 2023.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 242/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 09/05/2023, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4215282** e o código CRC **298549CD** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

ATUAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2

ISSN 1677-7050

Nº 237, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.415, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e considerando a subdelegação de competência de que trata a Portaria MTP nº 158, de 1º de setembro de 2021, bem como o conteúdo no processo nº 35014.442682/2021-92, resolve:

Designar RAFAEL GOULART, matrícula nº 1.419.981, CPF nº 039.583.000-84, para exercer o encargo de substituto eventual da Função Gratificada de Chefe da Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade, código FG 1, da Gerência-Executiva Chapecó/SC, nos afastamentos, impedimentos legais e regulamentares do titular e na vacância do cargo.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.416, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e considerando a subdelegação de competência de que trata a Portaria MTP nº 158, de 1º de setembro de 2021, bem como o conteúdo no processo nº 35014.195181/2021-10, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria PRES/INSS nº 868, de 1º de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 192, de 8 de outubro de 2021, Seção 2, pág. 49.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.417, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e considerando a subdelegação de competência de que trata a Portaria MTP nº 158, de 1º de setembro de 2021, bem como o conteúdo no processo nº 35014.419820/2021-30, resolve:

Designar RODOLFO CESAR DE JESUS LIMA, matrícula nº 1.733.677, CPF nº 925.979.000-20, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Gerente da Agência da Previdência Social Móvel Flutuante Manaus I, código FCPE 101.1, da Gerência-Executiva Manaus/AM.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria PRES/INSS nº 1.394, de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 236, de 16 de dezembro de 2021, Seção 2, pág. 45, onde se lê: "para exercer o encargo de substituto eventual da Função Comissionada", leia-se "para exercer a Função Comissionada".

COORDENAÇÃO-GERAL DE CENTRALIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DA UNIÃO

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - C - CEAB DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA CEAB - RPPS/INSS Nº 1.073, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

A GERENTE SUBSTITUTA DA CENTRAL DE ANÁLISE DE BENEFÍCIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições e das competências estabelecidas na Portaria nº 1.192/PRES/INSS, de 25/11/2020, que instituiu, no âmbito do INSS, a Central de Análise de Benefício do Regime Próprio de Previdência Social - CEAB/RPPS, na Portaria Conjunta nº 12/DGPA/DIRAT/INSS, de 02/12/2020, na Portaria nº 1.099 PRES/INSS, de 05/11/2021, publicada no DOU nº 210, Seção 2, pág. 54, de 09/11/2021, e no que consta no processo SEI nº 35014.233215/2021-73 e Protocolo de Requerimento nº 620478317 do MEU INSS, resolve:

Conceder Pensão Civil de natureza temporária a HERMÃO JOSÉ DE CARVALHO CARDOSO, na qualidade de filho inválido da ex-servidora aposentada JACYRA DE CARVALHO CARDOSO, Técnico do Seguro Social, Classe S, Padrão IV, matrícula SIAPE nº 0879763, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar de 13/07/2021, data do óbito da instituidora, com fundamento nos artigos: 215, 217 inciso IV alínea "b", 222 inciso III, e 219 inciso I, todos da Lei 8.112/1990, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.846/2019 e Lei nº 13.135/2015, e combinado com o art. 23 §2º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

CAMILA DE PAULA PAZ LEME

PORTARIA CEAB - RPPS/INSS Nº 1.074, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O GERENTE DA AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições e competências estabelecidas na Portaria nº 1.192/PRES/INSS, de 25/11/2020, que instituiu, no âmbito do INSS, a Central de Análise de Benefício do Regime Próprio de Previdência Social - CEAB/RPPS, na Portaria Conjunta nº 12/DGPA/DIRAT/INSS, de 02/12/2020, na Portaria nº 1.099 PRES/INSS, de 05/11/2021, publicada no DOU nº 210, Seção 2, pág. 54, de 09/11/2021, e no que consta no processo SEI nº 35014.029822/2021-31, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição à servidora EDNEY CARNEIRO MARANHÃO matrícula SIAPE 0914374, AGENTE DE SERVIÇOS DIVERSOS, Classe "S", Padrão IV, do Quadro Permanente do INSS, fundamentada no art. 20 Emenda Constitucional nº 103, de 2019 (Ratificação de Transição), com proventos mensais correspondentes ao vencimento do padrão acrescido das demais vantagens previstas na legislação vigente. Em consequência, declarar vago o referido cargo.

ANÁLIA LEMOS

PORTARIA CEAB - RPPS/INSS Nº 1.075, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

A GERENTE DA CENTRAL DE ANÁLISE DE BENEFÍCIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CEAB/RPPS, no uso das atribuições e das competências estabelecidas na Portaria nº 1.192/PRES/INSS, de 25/11/2020, que instituiu, no âmbito do INSS, a Central de Análise de Benefício do Regime Próprio de Previdência Social - CEAB/RPPS, na Portaria Conjunta nº 12/DGPA/DIRAT/INSS, de 02/12/2020, na Portaria nº 846 PRES/INSS, de 01/10/2021, publicada no DOU nº 190, Seção 2, pág. 35, de 06/10/2021, e no que consta no processo SEI nº 35014.439155/2021-09 e Protocolo de Requerimento nº 163258839 do MEU INSS, resolve:

Conceder Pensão Civil de natureza vitalícia a GERALDO RIBEIRO FERREIRA, na qualidade de cônjuge da ex-servidora aposentada VIRGINIA CORDEIRO RIBEIRO, Técnico do Seguro Social, Classe S, Padrão IV, matrícula SIAPE nº 0893667, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar de 12/11/2021, data do óbito da instituidora, com fundamento nos artigos: 215, 217 inciso I, 222 inciso VII, alínea "b", item 6, e no art. 219, inciso I, da Lei 8.112/1990, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.846/2019 e Lei nº 13.135/2015, e combinado com os arts. 23 e art. 24 §2º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

ANÁLIA TÂMARA CÂMARA SANTOS LEMOS

PORTARIA CEAB - RPPS/INSS Nº 1.076, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

A GERENTE DA AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CEAB/RPPS, no uso das atribuições e das competências estabelecidas na Portaria nº 1.192/PRES/INSS, de 25/11/2020, que instituiu, no âmbito do INSS, a Central de Análise de Benefício do Regime Próprio de Previdência Social - CEAB/RPPS, na Portaria Conjunta nº 12/DGPA/DIRAT/INSS, de 02/12/2020, e na Portaria nº

846 PRES/INSS, de 01/10/2021 publicada no DOU nº 190, Seção 2, pág. 35 de 06/10/2021, e no que consta no processo SEI nº 35014.447066/2021-28, e tarefa GET nº 827155243, resolve:

Conceder pensão por morte à MARY OLIVEIRA DA SILVA, na qualidade de dependente cônjuge do ex-servidor falecido na aposentadoria BENEDITO SARAIVA DA SILVA, matrícula SIAPE 0897523, Agente de Serviços Diversos, Classe S, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do INSS, com óbito em 20/10/2021, com fundamento nos arts. 215, 217, inciso I e 222, inciso VII, alínea "b", 6 da Lei nº 8.112, de 1990, na redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015, combinado com os arts. 23 e 24 § 2º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, com vigência a partir da data do óbito.

ANÁLIA TÂMARA CÂMARA SANTOS LEMOS

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 768, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; no Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e no inciso II, do §1º do art. 4º da Portaria MTur nº 390, de 18 de dezembro de 2019, resolve:

RODRIGO MORELES CANEZ, matrícula SIAPE nº 1066601, para exercer o encargo de substituto eventual do cargo de Coordenador, código DAS 101.3, de Segurança Turística, da Coordenação-Geral de Turismo Responsável, do Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo deste Ministério, no período de 27 de dezembro de 2021 a 16 de janeiro de 2022.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 769, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; no Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e no inciso II, do §1º do art. 4º da Portaria MTur nº 390, de 18 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Designar DEBORA VIEIRA BARBOZA, matrícula SIAPE nº 1114094, para exercer o encargo de substituta eventual do cargo de Secretário, código DAS 101.6, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo deste Ministério, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 770, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; no Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e no inciso II, do §1º do art. 4º da Portaria MTur nº 390, de 18 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Designar FERNANDA ARAÚJO DE AMORIM, matrícula SIAPE nº 3191643, para exercer o encargo de substituta eventual do cargo de Coordenadora, código DAS 101.3, de Eventos Institucionais e Patrocínio, da Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos, do Departamento de Marketing e Eventos, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo deste Ministério, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 771, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, no art. 1º do Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e na Portaria nº 455, de 22 de setembro de 2020, da Casa Civil, da Presidência da República, resolve:

Designar ELICK MOUHA DE MEDEIROS para exercer a função comissionada de Corregedor, código FCPE 101.4, deste Ministério.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 772, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e no art. 1º do Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019, resolve:

Exonerar HILDA LEONOR CUEVAS DE AZEVEDO SOARES do cargo em comissão de Chefe, código DAS 101.1, do Serviço de Pesquisa em Direito, do Centro de Pesquisa, da Fundação Casa de Rui Barbosa, vinculada a este Ministério.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 773, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e no art. 1º do Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019, resolve:

Nomear PAULA BARBIERE GOLDRACH para exercer o cargo em comissão de Chefe, código DAS 101.1, do Serviço de Pesquisa em Direito, do Centro de Pesquisa, da Fundação Casa de Rui Barbosa, vinculada a este Ministério.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

PORTARIA DE PESSOAL MTUR Nº 774, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, no Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e na Portaria nº 455, de 22 de setembro de 2020, da Casa Civil, da Presidência da República, resolve:

Exonerar ROBERTA DA LUZ GOES do cargo em comissão de Coordenadora-Geral, código DAS 101.4, de Gestão Compartilhada, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural, da Secretaria Especial de Cultura deste Ministério, a partir de 15 de dezembro de 2021.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

2 anos - 10 meses 21 dias

ISSN 1677-7050



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano LVII Nº 34

Brasília - DF, segunda-feira, 22 de fevereiro de 2016



SEÇÃO

2

Sumário

| | PÁGINA |
|---|--------|
| Atos do Poder Executivo | 1 |
| Presidência da República | 1 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 4 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 5 |
| Ministério da Cultura | 6 |
| Ministério da Defesa | 6 |
| Ministério da Educação | 12 |
| Ministério da Fazenda | 33 |
| Ministério da Integração Nacional | 36 |
| Ministério da Justiça | 37 |
| Ministério da Saúde | 39 |
| Ministério das Comunicações | 45 |
| Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos | 46 |
| Ministério das Relações Exteriores | 46 |
| Ministério de Minas e Energia | 47 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 48 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 48 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 48 |
| Ministério do Esporte | 49 |
| Ministério do Meio Ambiente | 49 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 49 |
| Ministério do Trabalho e Previdência Social | 58 |
| Ministério do Turismo | 62 |
| Ministério dos Transportes | 62 |
| Ministério Público da União | 64 |
| Tribunal de Contas da União | 67 |
| Poder Legislativo | 67 |
| Poder Judiciário | 69 |
| Editoria e Avisos | 75 |

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 84, caput, inciso I, e § 2º, art. 96, caput, inciso I, e art. 97, caput, da Lei nº 6.766, de 9 de dezembro de 1990, resolve:

TRANSFERIR, a pedido,

a partir de 22 de fevereiro de 2016, para a função remunerada, o Brigadeiro-Morão FERNANDO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO, do Comando da Aeronáutica.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016; 195ª da Independência e 129ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Melo Ribeiro

| Páginas | Destino Futuro | Destino Atual |
|--------------|-------------------|------------------|
| de 02 a 28 | R\$ 0,20 | R\$ 1,00 |
| de 29 a 70 | R\$ 0,50 | R\$ 2,00 |
| de 71 a 120 | R\$ 1,10 | R\$ 3,00 |
| de 121 a 250 | R\$ 1,50 | R\$ 5,00 |
| de 251 a 500 | R\$ 3,00 | R\$ 10,00 |

Atos de 500 páginas e mais serão cobrados de acordo com o preço estabelecido por R\$ 0,0107

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DECRETO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve:

EXONERAR

ADAILTON CARDOSO DIAS do cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016; 195ª da Independência e 129ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio Carlos Rodrigues

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve:

NOMEAR

BRICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016; 195ª da Independência e 129ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio Carlos Rodrigues

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Exposição de Motivos

Nº 8, de 16 de fevereiro de 2015, Cancelamento do afastamento do País do Ministro de Estado da Educação, com destino a Havana, Cuba, objeto do despacho publicado no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2016, Seção 2, página 1. Ciente. Em 19 de fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 116, de 18 de fevereiro de 2016, Alteração do afastamento do País do Ministro de Estado das Comunicações, publicado no Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 2016, Seção 2, página 1, para fazer constar que o afastamento ocorrerá no período de 19 a 26 de fevereiro de 2016, mantidas as demais condições. Ciente. Em 19 de fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Exposição de Motivos

Nº 8, de 17 de fevereiro de 2016, Afastamento do País do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com omissão, no período de 21 a 24 de fevereiro de 2015, inclusive mínimo, com destino à Cidade do México, México, para participar de reunião

com os Ministros de Economia e de Relações Exteriores daquele país e da Comissão Binacional Brasil-México-Austria. Em 19 de fevereiro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Exposição de Motivos

Nº 5, de 16 de fevereiro de 2016, Afastamento do País do Presidente do Banco Central do Brasil, com omissão, no período de 24 a 29 de fevereiro de 2016, inclusive mínimo, com destino a Xingui, China, para participar do Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G20 e do *Monthly Central Bank Governors Meeting*. Ciente. Em 19 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º da Portaria nº 117, de 31 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, resolve:

Nº 116 - DISPENSAR

NILSON DA SILVA LIMA, 3º SGT SAD, da função de Especialista, código GR-11, da Comissão-Geral de Transporte da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo, a partir de 5 de fevereiro de 2016.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º da Portaria nº 117, de 31 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, considerando o disposto nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 117 - DESIGNAR

CARLOS VELLOSO DE MELO JUNIOR para exercer a função de substituto eventual do cargo de Coordenador-Geral de Acesso a Mercados do Departamento de Mercados e Inovação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa desta Secretaria de Governo, DAS 101-A, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na ausência do cargo, sem prejuízo das atribuições do cargo que ocupa.

Nº 118 - DESIGNAR

PEDRO NISTER PESSOA TEIXEIRA para exercer a função de substituto eventual do Coordenador MARLI OLIVEIRA LUTTE da Coordenação-Geral de Integração do Departamento de Regime Empresarial e Integração da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa desta Secretaria de Governo, DAS 101-3, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na ausência do cargo, sem prejuízo das atribuições do cargo que ocupa.

Nº 119 - DESIGNAR

SAULO IZIDÓRIO VIEIRA para exercer a função de substituto eventual do Coordenador KLEIRTON BARREIRO GOMES da Coordenação-Geral de Integração do Departamento de Regime Empresarial e Integração da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa desta Secretaria de Governo, DAS 101-3, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na ausência do cargo, sem prejuízo das atribuições do cargo que ocupa.

LUIZ AZEVEDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/validar>, pelo código 0892201602200001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-3 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano LX Nº 9

Brasília - DF, segunda-feira, 14 de janeiro de 2019

SEÇÃO 2

Sumário

| | |
|--|----|
| Atos do Poder Executivo | 1 |
| Presidência da República | 2 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 6 |
| Ministério da Cidadania | 8 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | 9 |
| Ministério da Defesa | 9 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 11 |
| Ministério da Economia | 11 |
| Ministério da Educação | 23 |
| Ministério da Infraestrutura | 29 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 40 |
| Ministério do Meio Ambiente | 41 |
| Ministério de Minas e Energia | 42 |
| Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 42 |
| Ministério das Relações Exteriores | 42 |
| Ministério da Saúde | 42 |
| Ministério do Turismo | 46 |
| Controladoria-Geral da União | 46 |
| Conselho Nacional do Ministério Público | 47 |
| Ministério Público da União | 48 |
| Tribunal de Contas da União | 51 |
| Poder Legislativo | 52 |
| Poder Judiciário | 54 |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais | 61 |
| Edições e Anexos | 62 |

Este documento constitui a versão definitiva de qualquer publicação.

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DECRETOS DE 3 DE JANEIRO DE 2019

(Publicados na Edição Extra do Diário Oficial da União de 3 de janeiro de 2019, Seção 2, página 1)

RETIFICAÇÃO

Nos Decretos referentes às exonerações de:

WAGNER DEJO LATERI JÚNIOR do cargo de Diretor de Gestão Estratégica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, onde se lê: "EXONERAR, a pedido.", leia-se: "EXONERAR";

JULIANO PASQUAL do cargo de Diretor de Gestão Administrativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, onde se lê: "EXONERAR, a pedido.", leia-se: "EXONERAR"; e

CLOVIS FIGUEIREDO CARDOSO do cargo de Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, onde se lê: "EXONERAR, a pedido.", leia-se: "EXONERAR".

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

DECRETOS DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, resolve

EXONERAR

ELTON SANTA FE ZACARIAS do cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcos César Pontes

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, resolve

EXONERAR

MARCELO MARCOS MORALES do cargo de Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcos César Pontes

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DECRETOS DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

NOMEAR

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

EXONERAR

JOSÉ DA SILVA TIAGO do cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

NOMEAR

ANDRÉ KUPSK, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

EXONERAR

HALPHER LUIGI MÔNICO ROSA do cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

NOMEAR

MARCIO LIMA MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

EXONERAR

MAURO DE MOURA MAGALHÃES do cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

EXONERAR

ERICK MOURA DE MEDEIROS do cargo de Diretor de Infraestrutura Aeroportuária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 11 de janeiro de 2019; 198ª da Independência e 131ª da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

AVISO
CIRCULOU EM 11/01/2019 A EDIÇÃO EXTRA Nº 8-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br – Pesquisa Avancada



Este documento possui certificação por processo eletrônico
<http://www.in.gov.br/assinatura/validar.php>, para validar o documento eletrônico.

1

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) JAIRO MESSIAS BOLSONARO, em 11/01/2019, às 14:00:00, pelo(a) Sr(a) JAIRO MESSIAS BOLSONARO, em 11/01/2019, às 14:00:00.



8 (meses) 1 dia



50

ISSN 1677-7050

Diário Oficial da União - Seção 2

Nº 116, segunda-feira, 22 de junho de 2015

Art. 1º Ceder o servidor LUCIANO RODRIGUES MAIA PINTO, matrícula nº 1310652, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, para exercer junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cedente.

Art. 3º O servidor deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente ao término do cedido, observando o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEEMP nº 4 de 12 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 169, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/MP nº 395, de 18 de dezembro de 2008 e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e pela Orientação Normativa SEGEEMP nº 4 de 12 de junho de 2015, e, ainda, o disposto no art. 18 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e demais informações que constam do Processo nº 03100.200364/2015-76, resolve:

Art. 1º Ceder o servidor MARCOS TOSCANO SIEBRA BRITO, matrícula nº 1335753, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, para exercer junto ao Ministério da Educação.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cedente.

Art. 3º O servidor deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente ao término do cedido, observando o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEEMP nº 4 de 12 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 172, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/MP nº 395, de 18 de dezembro de 2008 e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e pela Orientação Normativa SEGEEMP nº 4 de 12 de junho de 2015, e, ainda, o disposto no art. 18 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e demais informações que constam do Processo nº 08129.007411/2015-86, resolve:

Art. 1º Ceder a servidora JANIRA TRÍPODI BÓRJA, matrícula nº 1625032, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, para exercer junto ao Ministério da Justiça.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cedente.

Art. 3º A servidora deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente ao término do cedido, observando o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEEMP nº 4 de 12 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 175, DE 19 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria/MP nº 395, de 18 de dezembro de 2008 e considerando o disposto no art. 14 do Decreto nº 3.170, de 10 de agosto de 2004, resolve:

Atribuir o exercício da servidora PATRÍCIA LAUNDREY MOLLO VIEIRA, inscrita em Pública Privada e Gestão Governamental, matrícula SIAPE nº 1538116, do Quadro de Pessoal desta Pasta, ao Ministério da Educação, exclusivamente em Brasília/DF.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 17, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pelo art. 8º da Portaria GMA/MP nº 89, de 23 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Atribuir o exercício descentralizado, exclusivamente em Brasília - DF, do servidor VITOR REIS DA COSTA DA SILVA, Analista em Tecnologia da Informação (ATI), matrícula SIAPE nº 2587521, do Quadro de Pessoal desta Pasta, na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça (CGTJ/MJ), a partir de 22 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO ROCHA DECKERT

ALEXANDRO LUCIANO BONZANO COMPER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/noticiadelembra>, pelo código 0002/20150622700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 78, DE 18 DE JUNHO DE 2015

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 41 do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e em conformidade com os termos do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e com base nos elementos do Processo nº 71000.001457/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar a Permissão de Uso do imóvel residencial funcional situado na SQS 311, Bloco "A", Apto. 103, ao Senhor JAMES THEODORO DA SILVA, em virtude de exercer o Cargo Assessor, na Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome, código DAS 102.4.

Parágrafo único. Para os efeitos legais, a formalização do ato de ocupação dar-se-á com a entrega das chaves ao permissitário, observado o disposto no art. 12 do Decreto nº 980/93, mediante Termo de Outorga de Permissão de Uso, em que constam as principais responsabilidades e obrigações do ocupante, cuja assinatura determina plena ciência e aceitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CASSANDRA MARDINI NUNES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 105, DE 19 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2004, resolve:

Nomear LUIZ GONÇALVES FILHO, CPF: ***.433.302-66, para exercer o cargo em comissão de Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia, código DAS 101.3, deste Ministério.

MANOEL DIAS

PORTARIA Nº 808, DE 19 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2004, resolve:

Nomear AFONSO CORDEIRO TORQUATO NETO, CPF: ***.767.973-66, para exercer o cargo em comissão de Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará, código DAS 101.4, deste Ministério.

MANOEL DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 58, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 473, de 24 de julho de 2008, publicada no DOU de 25 de julho de 2008, e em face do que consta do Processo nº 46207.004019/2015-13, resolve:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária Integral à servidora CRISTINA MASCARENHAS BALLARIN, Matrícula SIAPE nº 0256455, ocupante do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho, Classe "S", Padrão "IV", 965, da carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho, do Quadro de Pessoal deste Ministério, com fundamento no artigo 3º, inciso I, II, III e Parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 47/2005, com base na renúncia da servidora no cargo efetivo em que se dá o aposentadorio.

Art. 2º Declarar a vacância da vaga nº: 0190241 do referido cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 243, DE 19 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a competência que lhe foi subdelegada pela alínea "b" do inciso I do art. 1º da Portaria nº 473, de 24 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 25/07/2008, e face o que consta no Processo nº 46215.016663/2015-81, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária ao servidor JOSÉ ANTÔNIO PINHEIRO DE SOUZA, matrícula 0248705, ocupante do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho, Classe: "S", Padrão IV, do Quadro deste Ministério, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005.

Art. 2º Declarar a vacância da vaga nº 196070.

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 19 de junho de 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, resolve autorizar o afastamento do País, de RAFAEL AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA, Coordenador-Geral de Projetos e Relações Multilaterais, código DAS 101.4, para participar do Encontro Ministerial Ibero-americano "La educación en turismo como herramienta clave para el sector", em Buenos Aires, Argentina, com êxus, inclusive mínimo, no período de 28 de junho a 1º de julho de 2015.

HENRIQUE EDUARDO ALVES

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 18 de junho de 2015

O Presidente da EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria do Ministério do Turismo nº 128, de 21 de março de 2012, no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e em alterações, autoriza o Afastamento do País do servidor CLESTAVO HENRIQUE FERREIRA GOUVEIA, Coordenador-Geral de Publicidade e Propaganda da Diretoria de Marketing, Código DAS - 101.4, para participar do III Fórum Internacional do Mercado País, em Buenos Aires/Argentina, com êxus limitado, no período de 21 a 24 de junho de 2015.

VINÍCIUS LUNHEITZ

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 19 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe foi subdelegada nos termos do inciso I, art. 1º, da Portaria Ministerial nº 1036, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Nº 134 - Exonerar LUIZ CÉSAR BRANDÃO MAIA, CPF nº 068.085.571-87, do cargo de Corregedor, código DAS 101.4, da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.

Nº 135 - Nomear ERICK MOURA DE MEDEIROS, CPF nº 010.895.757-39, servidor do quadro de pessoal da Coordenação-Geral da União, para exercer o cargo de Corregedor, código DAS 101.4, da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.

OSWALDO GARCIA DE MOURA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, SUBSTITUTO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe foi subdelegada nos termos do art. 3º da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 21 de janeiro de 2015, reafirmada no DOU de 11 de fevereiro de 2015, deste Ministério, resolve:

1 (ano) 2 (meses) 19 dias



6

ISSN 1677-7050

Diário Oficial da União - Seção 2

Nº 163, sexta-feira, 23 de agosto de 2013

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHOS DA MINISTRA
Em 22 de agosto de 2013

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelo Decreto nº 3.025, de 4 de abril de 1999, e tendo em vista o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve autorizar o afastamento do País da equipe da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, que produzirá conteúdos para a grade de programação da TV Brasil Internacional e para as Direções de Jornalismo e de Produção da EBC, nas cidades de Tóquio, Hanamatsu e Nagoya/Japão.

FLAVIA PEIXOTO CARDOSO DE BARROS, Jornalista da Diretoria-Geral, PAULO EUSTAQUIO DE OLIVEIRA, Coordenador de Atividades XI - Repórter Cronogramático e DAILTON EDUARDO DE MATOS, Auxiliar Operacional da Diretoria-Geral no período de 25 de agosto a 4 de setembro de 2013, inclusive trânsito, com ônus. Processo nº 00170.001088/2013-45.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelo Decreto nº 3.025, de 4 de abril de 1999, e tendo em vista o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.056, de 25 de julho de 2013, resolve autorizar o afastamento do País de NELSON BREVE DIAS, Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, no período de 2 a 8 de setembro de 2013, para participar do Encontro Internacional de Televisão Pública, na cidade de Villahermosa/Tabasco/México, além de encontrar com Diretor Geral da Sky naquele País, na Cidade do México/México, incluindo trânsito, com ônus. Processo nº 00170.001088/2013-20.

HELENA CHAIANA

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS

PORTARIA Nº 222, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV a VII do art. 54 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Usar-se-á EDUARDO DA COSTA LIMA CALDAS MACHADO, matrícula SIAPE nº 1553498, do Cargo Comissariado Técnico, Código CCT IV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO HIRATO

PORTARIA Nº 223, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV a VII do art. 54 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Nomear HENRIQUE VIANA BANDEIRA MORAES, matrícula SIAPE nº 1610796, para exercer o Cargo Comissariado Técnico, código CCT IV, na Procuradoria Federal junto à ANTAQ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO HIRATO

PORTARIA Nº 224, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV a VII do art. 54 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Designar CARLOS AFONSO RODRIGUES GOMES, matrícula SIAPE nº 1378066, para substituir o Procurador-Geral da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, no período de 28.08.2013 a 06.09.2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO HIRATO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVADESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 22 de agosto de 2013

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria n. 1, de 4 de janeiro de 2013, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto n. 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e no art. 7º, inciso IV e § 4º, do Decreto n. 7.689, de 2 de março de 2012, resolve autorizar o despacho de afastamento do País de CLAUDIO XAVIER DA SILVA, publicado no Diário Oficial da União nº 162, de 22 de agosto de 2013, Seção 2, página 6, processo nº 00065.022672/2013-31, para fazer constar que o ônus do afastamento do País caberá a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, mantidas as demais condições.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria n. 1, de 4 de janeiro de 2013, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto n. 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e no art. 7º, inciso IV e § 4º, do Decreto n. 7.689, de 2 de março de 2012, resolve autorizar o despacho de afastamento do País de GREGO PIVOTO PALMA, publicado no Diário Oficial da União nº 162, de 22 de agosto de 2013, Seção 2, página 6, processo nº 00066.022672/2013-03, para fazer constar que o ônus do afastamento do País caberá a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, mantidas as demais condições.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria n. 1, de 4 de janeiro de 2013, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto n. 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e no art. 7º, inciso IV e § 4º, do Decreto n. 7.689, de 2 de março de 2012, resolve autorizar o afastamento do País de GUSTAVO LUIZ URRUTTI, matrícula SIAPE nº 1263306, Especialista em Regulação de Aviação Civil e JULIO CESAR NATTI PINTO, matrícula SIAPE nº 1629423, Técnico em Regulação de Aviação Civil, ambos servidores da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a fim de realizarem Auditoria Técnica de Certificação Organizacional de Manutenção Aéronáutica no Exterior conforme disposição do RBAC 145 e em conformidade com o Programa de Vigilância Comunitária nas empresas Lufthansa Technik Sofia OOD, em Sofia - Bulgária e Lufthansa Technik Budapest, em Budapest - Hungria, no período de 24 de agosto a 01 de setembro de 2013, inclusive trânsito, com ônus para a ANAC. Processo nº 00066.022684/2013-53.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria n. 1, de 4 de janeiro de 2013, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto n. 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e no art. 7º, inciso IV e § 4º, do Decreto n. 7.689, de 2 de março de 2012, resolve autorizar o afastamento do País de JAYME ALVES DOS SANTOS JUNIOR, matrícula SIAPE nº 1738814, Técnico em Regulação de Aviação Civil da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a fim de realizar Exame de Proficiência de Piloto de aviação geral (RBAC 91) em Wipacby - New Jersey - EUA, no período de 30 de agosto a 3 de setembro de 2013, inclusive trânsito, com ônus para a ANAC. Processo nº 00065.197341/2013-30.

GUILHERME WALTER MORA RAMALHO

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIAS DE 22 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, subscrito, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.056, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 11 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.061, de 10 de maio de 2013, resolve:

Nº 40 - NOMEAR

DIOCEU MOURA DE MEDEIROS para exercer o cargo de Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos do Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva desta Secretaria, código DAS 101.4.

Nº 50 - NOMEAR

CÍCERA BEZERRA DA SILVA para exercer o cargo de Chefe de Divisão da Coordenação da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva, desta Secretaria, código DAS 101.2.

NELSON HERVEY LUSTA

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 22 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no artigo 16, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, bem como as disposições do Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, resolve:

Nº 744 - Dispensar, a pedido, DENISE BARBOSA COELHO, matrícula SIAPE nº 1041, do encargo de substituta do Chefe de Divisão, código DAS 101.2, da Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva.

Nº 745 - Designar OLINDA KETEHE WAQUEM CARVALHO, matrícula SIAPE nº 1083898, para exercer o encargo de substituta de seu Conhecido-Geral de Departamento e Finanças, código DAS 101.2, da Coordenação-Geral de Departamento e Finanças, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva, nos seus afastamentos e impedimentos legais e regulamentares, ficando revogado a Portaria Ministerial nº 298, de 15 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 16 subsequente.

Nº 746 - Designar JULIA MARIA BORGES HENAUUT, matrícula SIAPE nº 1569316, para exercer o encargo de substituta de Diego Melo de Almeida, Chefe de Divisão, código DAS 101.2, da Coordenação-Geral de Zonamento Agropecuario, do Departamento de Gestão do Risco Rural, da Secretaria de Política Agrícola, nos seus afastamentos e impedimentos legais e regulamentares, ficando revogado a Portaria Ministerial nº 298, de 15 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 16 subsequente.

ANTONIO ANDRADE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Ministerial nº 727, de 20 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 subsequente, Seção 2, página 3,

onde se lê: "Exonem QUEISI CHAIANA SCHNEIDER",

leia-se: "Exonem, a pedido, QUEISI CHAIANA SCHNEIDER",

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 281, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 256, de 13 de maio de 2005, resolve efetivar a seguinte decisão:

| | |
|---------------------------|--|
| NOBRE | LUCIA RAELLY DE SASSAREMISTO |
| EMPREGO | ASO II - Consultor |
| MATRÍCULA SIAPE | 1941294 |
| ORIGEM | Corporação Nacional de Abastecimento |
| PARA | Coordenação de Logística |
| FUNÇÃO | Auxiliar, Realização de Assessoria Administrativa, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração |
| AMPARO LEGAL | Artigo 2º, da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995 |
| RESPONSABILIDADE DO DADOS | Órgão codado |
| PROCESSO | 00060.00506/2013-56 |

Art. 1º Caberá ao órgão econômico exercer a contratação de empregado a sua Empresa de origem no âmbito da cessão.

Art. 2º Cumpre ao econômico comunicar a frequência de empregado, inicialmente, à Empresa codada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE GERARDO FONTINELLES

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Em 20 agosto de 2013

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 201, de 10 março 2012, no âmbito do Decreto nº 1.387/1995, autoriza o(a) Fiscal Federal Agropecuario JORGE CAETANO JUNIOR, do Quadro Permanente deste Ministério, lotado nesta Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, a afastar-se do País, na forma de disposto no Art. 1º, inciso IV, com o objetivo de participar da "Meeting of the OIE (International Animal Health Standards Committee)", em Paris, República Francesa, no período de 15 a 26.9.2013, com ônus limitado. (Processo nº 21000.00676/2013-56)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.ia.gov.br/mecadocidocim/>, pelo código 100320130821000000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



4

ISSN 1677-7050

Diário Oficial da União - Seção 2

Nº 218, terça-feira, 11 de novembro de 2014

franco), para participar, a convite da LIDE - (Linha Lateral Em-
presarial, da missão empresarial "Business Trip", a fim de difundir a
atuação da intervenção comercial, cultural e artístico incluindo o
setor de aviação civil entre Brasil e Marrocos, representando o Mi-
nistro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência
da República, no período de 19 a 24 de novembro de 2014, em
Marrakech, Marrocos, inclusive trânsito, com áreas limitadas para a
bilhete. Processo n.º 00055.003204-2014-71.

W. MOREIRA FRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIAS DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL
DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe con-
ferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 23 de setembro de 2003, e 35,
inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, e
tendo em vista o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110,
de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, e o disposto
no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 2.655 - DISPENSAR

BERNARDO TOMAZ DE CASTRO, matrícula SIAPE nº 1763345,
do cargo de substituto eventual do Cargo em Comissão de Gerente
Técnico de Aviação, código CGE IV, da Superintendência de
Planejamento Institucional desta Agência, a partir de 3 de novembro
de 2014.

Nº 2.656 - DESIGNAR

MARIANA OLIVEIRA CAIXETA ALTOÉ, matrícula SIAPE nº
1650007, para exercer o cargo de substituta eventual do Cargo em
Comissão de Gerente Técnico de Aviação, código CGE IV, da
Superintendência de Planejamento Institucional desta Agência, no
período de 3 a 19 de novembro de 2014, em virtude de férias
regulamentares do titular, consolidando os atos praticados pela su-
stituto, a partir de 3 de novembro de 2014.

MARCELO PAULINO DOS GUARANY

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 96, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA
DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA, substituto, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 1º da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República,
e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.001, de 10 de maio de
2013, resolve:

EXONERAR, a pedido,

ERICK AUGUSTA DE MEDeiros do cargo de Coordenador-Geral de
Gestão de Pessoas e Recursos Humanos desta Secretaria, código
DAS 101.4.

NELSON HERVEY COSTA

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE

PORTARIA Nº 62, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

A CHEFE DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo
art. 1º do Regimento Interno da Vice-Presidência da República, apro-
vado pela Portaria 001, de 26 de maio de 2003, resolve:

NOMEAR

BRUNA DONTENEGRO TAVIERA para exercer o cargo de Assessor,
código DAS 102.4, na Chefia de Gabinete da Vice-Presidência da
República.

NARA DE DEUS VIEIRA

Ministério da Agricultura,
Pecuária e AbastecimentoSUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 306, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abas-
tecimento no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o
inciso XVIII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências
Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela
Port. Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de
14.06.2010, resolve:

Este documento pode ser verificado em endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/detalhes.html>
pelo código 0002201411100009

Conceder período vitalícia à EUGENIA MÔNICA CASTRO
RIBEIRO, na qualidade de viúva, com fundamento no art. 217, inciso
I, alínea "a" da Lei 8.112/90, e art. 40, §7º, inciso I, da CF/88, com
redação dada pela EC nº 41/2003, e, com o art. 2º, inciso I, da Lei
10.667/2004, a partir de 29/10/2014, data do óbito do ex-servidor, no
cargo de Fiscal Federal Agropecuário, código NS-409001, classe 5,
padrão IV, deste Ministério. VALDOMIRO JOSE RIBEIRO.

MARIO DE SOUSA MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 54, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abas-
tecimento no Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições
que lhe delega pelo inciso XXVII, do artigo 44, do Regimento
Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de
2010, publicada no D.O.U. de 14 de junho de 2010, resolve:

Conceder Período Vitalícia a MARIA INÊS NOGUEIRA
BARROS, na qualidade de viúva, com Percepção de Pensão de
Alimento do ex-servidor JOSE EUDIS LINS DE ALBUQUERQUE
matrícula SIAPE nº 1928, do quadro de Pessoal deste Ministério,
falecido em 17 de outubro de 2014, correspondente a 50% da re-
muneração do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, código 409001,
Classe C Padrão II, com fundamento no artigo 216, e, inciso I,
Alínea "a" do artigo 217, da Lei 8112/90, combinado com o artigo 40
§ 7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela EC 41,
de 19 de dezembro de 2003, e MP 167 de 19 de fevereiro de 2004
e o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887 de 18 de junho de 2004, a partir
da data do óbito do ex-servidor (Processo de aposentadoria MA-
21000.00140675-14).

WILSON CAUTINHO MADRUGA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 241, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO,
no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo XXIV, do artigo
44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agri-
cultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria nº 428,
de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, resolve:

Designar CLAUDIA MEGUMI MIYAKI, ocupante do cargo
de Fiscal Federal Agropecuário, classe S, padrão II, matrícula SIAPE
nº 2328513, do Quadro de Pessoal desta Superintendência, para o
exercício de substituição do Chefe do SERVIÇO DE SAÚDE ANIMAL
- SSA/SDA/SFA/SP, código DAS 101.1, de que trata o Decreto nº
7127 de 04 de março de 2010, nos seus afazeres e impedimentos
legais ou regulamentares.

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM

Ministério da Ciência, Tecnologia
e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 10 de novembro de 2014

Afastamento do país autorizados no âmbito do Decreto nº
1.387, de 07 de fevereiro de 1995.

VÂNIA GOMES DA SILVA, Analista em C&T do MCTI,
participar da "Reunião do Conselho Bilateral do Centro Argentino
de Biotecnologia", em Montevideo/Uruguai, no período de
18.11 a 21.11.2014, com área para o MCTI, Art. 1º, inciso V.

LUIZ RENATO DE FRANCA, Diretor do INPA, participar
da Reunião Anual do Grupo Editorial da Physiological Review - PRV,
em São Francisco/EUA, no período de 20.11 a 23.11.2014, com área
limitada, Art. 1º, inciso V.

ANDRÉ DE ABREU SOARES POLEJACK, Analista em
C&T do MCTI, representar o MCTI em reunião bilateral em pesquisa
marinha com a Japan Agency for Marine-Earth Science and Tech-
nology (JAMSTEC) a convite do consórcio ONU - Nippon Foun-
dation of Japan, em Yokohama/Japão, no período de 24.11 a
05.12.2014, com área para o MCTI, Art. 1º, inciso V.

CELIO CAMPOSINA DINIZ

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Marinha do Brasil
Carta Patente de Oficial Superior
O Diretor do Pessoal Militar da Marinha

Faz saber que ERICK MOURA DE MEDEIROS

é Oficial Superior da Marinha, do posto de Capitão-de-Corveta da Carreira do Quadro de Oficiais da Armada do Corpo da Armada, a partir de 25DEZ2006

em virtude da Portaria nº 316, de 18 de dezembro de 2006, do Comandante da Marinha, publicada no "Diário Oficial da União" de 21 de dezembro de 2006, e por isso lhe confere, por delegação do Excentíssimo Senhor Presidente da República, de acordo com o Decreto nº 2.144, de 07 de fevereiro de 1997, por subdelegação de competência do Comandante da Marinha, de acordo com a Portaria nº 9, de 09 de janeiro de 2002, e por subdelegação de competência do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, de acordo com a Portaria nº 90, de 31 de maio de 2006, a presente Carta Patente confirmatória do gozo das vantagens, prerrogativas e deveres inerentes ao posto, nos termos da lei.

185º da Independência 118º da República.

Rio de Janeiro, RJ, em 22 de dezembro de 2006

Afonso Barbosa

AFONSO BARBOSA
 Vice-Almirante
 Diretor

ILTA Nº 1 - Pela Portaria nº 159, de 26JUN2007 (D.O.U. de 29JUN2007), o COMANDANTE DA MARINHA resolveu DEMITIR do Serviço Ativo da Marinha o Oficial de que trata a presente Carta Patente e incluir-lo na Reserva Não Remunerada. DPMM, em 22 de outubro de 2007.

Carlos Augusto de Sousa
CARLOS AUGUSTO DE SOUSA
Vice-Almirante
Diretor

Registrada no Livro de registro de Cartas Patentes

nº 57 fls. 236
de Oficiais Superiores
Em 21 de dezembro 2006

Juarez Alves Junior
JUAZES ALVES JUNIOR
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Vice-Diretor

Silvia Cristina de Oliveira
SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Capitão-de-Corveta (T)
Enc. da Div. de Promoções de Oficiais
a favor

Jesse Alves Laudelino
JESSE ALVES LAUDELINO
Segundo-Sargento (MC)

Encarregado da Divisão

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PL 1717/2019

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| JAYME CAMPOS | | | | 1. EFRAIM FILHO | | | |
| SORAYA THRONICKE | | | | 2. JADER BARBALHO | | | |
| RODRIGO CUNHA | X | | | 3. VAGO | | | |
| EDUARDO BRAGA | | | | 4. RANDOLFE RODRIGUES | | | |
| VENEZIANO VITAL DO RÉGO | X | | | 5. FERNANDO FARIAS | | | |
| CONFUCIO MOURA | | | | 6. MARCELO CASTRO | X | | |
| CARLOS VIANA | | | | 7. ORIOVISTO GUIMARÃES | | | |
| WEVERTON | X | | | 8. CID GOMES | | | |
| IZALCI LUCAS | | | | 9. ALESSANDRO VIEIRA | X | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| DANIELLA RIBEIRO | | | | 1. IRAJÁ | | | |
| VANDERLAN CARDOSO | | | | 2. DR. SAMUEL ARAÚJO | | | |
| LUCAS BARRETO | X | | | 3. MARGARETH BUZETTI | | | |
| OTTO ALENCAR | | | | 4. OMAR AZIZ | X | | |
| AUGUSTA BRITO | X | | | 5. HUMBERTO COSTA | | | |
| TERESA LEITÃO | | | | 6. ROGÉRIO CARVALHO | | | |
| BETO FARO | | | | 7. FABIANO CONTARATO | | | |
| CHICO RODRIGUES | | | | 8. JORGE KAJURU | X | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| WELLINGTON FAGUNDES | | | | 1. JAIME BAGATTOLI | X | | |
| WILDER MORAIS | X | | | 2. JORGE SEIF | | | |
| EDUARDO GOMES | | | | 3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| TEREZA CRISTINA | | | | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | | | |
| LUIS CARLOS HEINZE | X | | | 2. ESPERIDIÃO AMIN | X | | |
| CLEITINHO | | | | 3. MECIAS DE JESUS | | | |

Quórum: TOTAL 14

Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador Confúcio Moura
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 03/05/2023

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 1717, de 2019, do Senador Lucas Barreto, que Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura

RELATOR: Senador Wellington Fagundes

03 de maio de 2023



Minuta

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.717, de 2019, do Senador Lucas Barreto, que *altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.*

Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.717, de 2019, de autoria do Senador Lucas Barreto, que *altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.*

A proposição é formada por quatro artigos. O art. 1º indica o objeto da lei, qual seja, o disposto na ementa.

O segundo altera a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal para acrescentar a rodovia BR-431.

O art. 3º determina que a designação oficial e o traçado definitivo da rodovia de ligação de que trata o art. 2º serão definidos pelo órgão competente.

O art. 4º traz a cláusula de vigência como imediata.

O autor justifica a medida dada a carência de recursos por que passa o Governo Estadual para a manutenção e desenvolvimento do plano rodoviário do Estado do Amapá.

Para o autor, a falta de recursos para as obras necessárias na rodovia constitui um entrave capaz de inibir o desenvolvimento da região, que é atendida somente por estradas em condições precárias, bem como dificulta o deslocamento da população, que cresce a cada dia, para os seus postos de trabalho e na busca de atendimento médico em outras localidades, principalmente no município vizinho de Laranjal do Jari.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres e, por força da tramitação exclusiva nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, consideramos que esses estão atendidos, pois, em conformidade com disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal (CF) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da CF, não havendo reserva de iniciativa a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

Quanto ao mérito da proposição, consideramos que a inexistência da ligação rodoviária pretendida pelo autor restringe demasiadamente as possibilidades de deslocamento da população local, bem como inibe o desenvolvimento da região.

Quanto a texto proposto, tendo em vista que já existe uma rodovia de ligação no Estado de Roraima com a nomenclatura proposta, considero desnecessário que o PL tenha que definir a nomenclatura oficial do trecho, o que caberá aos órgãos competentes nos termos da legislação atual.

Finalmente, no que concerne à juridicidade, o projeto altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, já revogada pela Lei nº 14.273, de 23 dezembro de 2021, ferindo a boa técnica legislativa, em desconformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, precisando ser, portanto, emendado na forma de um substitutivo integral.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.717, de 2019, com a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº

(ao PL nº 1.717, de 2019)

PROJETO DE LEI Nº 1.717 DE 2019

Dispõe sobre a federalização da rodovia de ligação entre a sede do Município de Vitória do Jari e o entrocamento da rodovia BR-156.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a rodovia no trecho compreendido entre a sede do Município de Vitória do Jari e o entrocamento da rodovia BR-156 incorporada à malha rodoviária federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CI, 03/05/2023 às 09h - 10ª, Extraordinária
Comissão de Serviços de Infraestrutura

| Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
|---|------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| JAYME CAMPOS | 1. EFRAIM FILHO |
| SORAYA THRONICKE | 2. JADER BARBALHO |
| RODRIGO CUNHA | 3. VAGO |
| EDUARDO BRAGA | 4. RANDOLFE RODRIGUES |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO | 5. FERNANDO FARIAS |
| CONFÚCIO MOURA | 6. MARCELO CASTRO |
| CARLOS VIANA | 7. ORIOVISTO GUIMARÃES |
| WEVERTON | 8. CID GOMES |
| IZALCI LUCAS | 9. ALESSANDRO VIEIRA |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD) | |
|---|----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| DANIELLA RIBEIRO | 1. IRAJÁ |
| VANDERLAN CARDOSO | 2. DR. SAMUEL ARAÚJO |
| LUCAS BARRETO | 3. MARGARETH BUZETTI |
| OTTO ALENCAR | 4. OMAR AZIZ |
| AUGUSTA BRITO | 5. HUMBERTO COSTA |
| TERESA LEITÃO | 6. ROGÉRIO CARVALHO |
| BETO FARO | 7. FABIANO CONTARATO |
| CHICO RODRIGUES | 8. JORGE KAJURU |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
|--|-----------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| WELLINGTON FAGUNDES | 1. JAIME BAGATTOLI |
| WILDER MORAIS | 2. JORGE SEIF |
| EDUARDO GOMES | 3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| TEREZA CRISTINA | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA |
| LUIS CARLOS HEINZE | 2. ESPERIDIÃO AMIN |
| CLEITINHO | 3. MECIAS DE JESUS |

Não Membros Presentes

NELSINHO TRAD
PAULO PAIM

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1717/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, E TENDO SIDO DESIGNADO RELATOR AD HOC O SENADOR WILDER MORAIS, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, É LIDO O RELATÓRIO E APROVADO O PROJETO, NA FORMA DE EMENDA SUBSTITUTIVA (EMENDA Nº 1/CI).

03 de maio de 2023

Senador CONFÚCIO MOURA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.



SF/19308.39896-42

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação (PNV), para incluir a BR-431.

Art. 2º A tabela constante do item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com o acréscimo da BR-431:

“2.2.2 -

LIGAÇÕES

.....

| | | | | | | |
|-----|--------------------------------|-----------|----|----|---|---|
| 431 | Entroncamento 156 – sede do | BR- do | AP | 34 | - | - |
|-----|--------------------------------|-----------|----|----|---|---|



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

| | | | | | |
|--|-------------------------------|--|--|--|--|
| | município de Vitória do Jari. | | | | |
|--|-------------------------------|--|--|--|--|

.....” (NR)

Art. 3º A designação oficial e o traçado definitivo da rodovia de ligação de que trata o art. 2º desta Lei serão definidos pelo órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Fruto do anseio da população de ver transformado em benefícios para a localidade os impostos gerados pelas atividades econômicas na região, o município de Vitória do Jari teve sua emancipação em 1994.

Entretanto, sua população, cuja estimativa do IBGE para 2018 era de 15.605 pessoas, sofre com as dificuldades de acesso à região, especialmente durante os períodos de chuva, quando se torna impossível transitar pelas estradas da região.

Reconhecemos o esforço do governo estadual para melhorar as condições de transporte no Estado do Amapá. Entretanto, a federalização do trecho é fundamental para o desenvolvimento econômico e social deste município, diante da carência de recursos por que passa o governo estadual para a manutenção e desenvolvimento do plano rodoviário do estado do Amapá.

A falta de recursos para as obras necessárias na rodovia constitui um entrave capaz de inibir o desenvolvimento dessa região, que é atendida somente por estradas em condições precárias. Ao mesmo tempo, dificulta o deslocamento da população, que cresce a cada dia, para os seus postos de trabalho e na busca de atendimento médico em outras localidades, principalmente no município vizinho de Laranjal do Jari.



SF/19308.39896-42



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

Dessa forma, é urgente que haja intervenção do executivo federal, para que a rodovia seja plenamente implantada.

Pela importância dessa proposição, contamos com a sua aprovação pelos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1717, DE 2019

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a rodovia BR-431 no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação.

AUTORIA: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973 - Lei do PNV - 5917/73
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;5917>

Redação para turno suplementar

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 1.717 DE 2019**

Dispõe sobre a federalização da rodovia de ligação entre a sede do Município de Vitória do Jari e o entroncamento da rodovia BR-156.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a rodovia no trecho compreendido entre a sede do Município de Vitória do Jari e o entroncamento da rodovia BR-156 incorporada à malha rodoviária federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2023

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 180, de 2020 (PL nº 7245/2017), do Deputado Aureo Ribeiro, que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Relator: Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 180, de 2020, de autoria do Senador Aldo Ribeiro, altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o trecho da Rodovia RJ-085 que vai do entroncamento com a BR-040 até o entroncamento com a RJ-103, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

A proposição é composta por três artigos. O primeiro informa seu objeto e altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal para incluir o trecho da rodovia que especifica. O segundo artigo estipula que o número da ligação rodoviária incluída será definido pelo órgão do Poder Executivo responsável pelo Plano Nacional de Viação. O último artigo traz a cláusula de vigência, que será imediata.

O projeto foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Embora consideremos que a proposição seja meritória, a Lei das Ferrovias (Lei nº 14.237, de 23 de dezembro de 2021) revogou expressamente a Lei nº 5.917, de 1973. Além disso, fez importantes alterações na Lei do SNV (Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011) para remeter a atualização do rol de infraestruturas de transporte da União a ato do Poder Executivo.

O ato do Poder Executivo mencionado no Art. 41-A da Lei nº 12.379, de 2011, inserido pela Lei nº 14.273, de 2021, é a Portaria nº 1.429, de 21 de outubro de 2022, do Ministério da Infraestrutura, que passou a estabelecer a Relação Descritiva dos Subsistemas Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário do Sistema Nacional de Viação.

Nesse sentido, à luz do exposto, entendemos que o Projeto de Lei nº 180, de 2020, perdeu sua oportunidade, pois pretende alterar uma lei que não mais existe no ordenamento jurídico vigente e, portanto, deve ser considerado prejudicado.

III – VOTO

Em vista do exposto, nos termos do Art. 133, inciso V, alínea d, combinado com o art. 334, inciso I, ambos do RISF (Regimento Interno do Senado Federal), o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 180, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, subitem Ligações, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, passa a vigorar acrescido do seguinte trecho rodoviário:

“ANEXO

.....

2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

.....

| BR | Pontos de Passagem | Unidades da Federação | Extensão (km) | Superposição | |
|----|---|-----------------------|---------------|--------------|----|
| | | | | BR | km |
| | LIGAÇÕES | | | | |
| | RJ-085 - do entroncamento com a BR-040 até o entroncamento com a RJ-103 | RJ | 38,1 | - | - |

.....”

Art. 2º O número da ligação rodoviária de que trata o art. 1º desta Lei será definido pelo órgão do Poder Executivo responsável pelo Plano Nacional de Viação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 180, DE 2020

(nº 7.245/2017, na Câmara dos Deputados)

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1540078&filename=PL-7245-2017



Página da matéria

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973 - Lei do Plano Nacional de Viação; Lei do PNV - 5917/73

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;5917>

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PARECER Nº , DE 2023

DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2.398, de 2022, do Senador Fernando Collor, que *altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para garantir a utilização do benefício fiscal a taxistas, independentemente da propriedade prévia de automóvel utilizado na categoria de aluguel (táxi), e para permitir a alienação do automóvel, com dispensa do pagamento do imposto e dos acréscimos legais, no caso de falecimento do motorista profissional no período de dois anos, contado da data de sua aquisição.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura passa a examinar o Projeto de Lei (PL) nº 2.398, de 2022, que apresenta proposta de modificação da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro do 1995, para garantir benefícios fiscais aos taxistas na aquisição de automóvel e dispensa de pagamento de imposto no caso de falecimento do motorista profissional.

A Lei garante que taxistas têm direito à isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³, de, no mínimo, quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustível de origem renovável, sistema reversível de combustão, ou tração elétrica ou elétrica híbrida, desde que exerçam a atividade “comprovadamente em veículo de sua propriedade” (art. 1º, I). A nova redação torna mais clara que a isenção deve atingir também os taxistas que iniciam na profissão ou que a exerçam com veículos arrendados.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

A segunda alteração permite que, em caso de falecimento do motorista profissional, o veículo possa ser alienado sem a necessidade do pagamento do imposto e dos acréscimos legais previstos no art. 6º da Lei nº 8.989, de 1995, ainda que o adquirente não continue empregando o veículo como táxi.

A norma resultante da aprovação do PL teria vigência imediata.

O PL foi distribuído a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), esta última em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104, compete a esta comissão manifestar-se sobre *transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes; e outros assuntos correlatos*.

Não há óbices de juridicidade, já que a norma, por meio de instrumento legislativo adequado, dispõe de forma genérica e efetiva sobre a matéria, em acordo com os preceitos do ordenamento jurídico brasileiro. E quanto à constitucionalidade, é competência da União legislar sobre tributos federais, conforme dispõe o art. 24, inciso I da Constituição Federal, cabendo-lhe instituir imposto sobre produtos industrializados (art. 153, IV).

O projeto é meritório, uma vez que a isenção de IPI prevista na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, beneficia *motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade*, a atividade de taxista. A restrição deixa de fora, justamente, o profissional que mais necessita do benefício, aquele que está iniciando na profissão e que ainda não conseguiu adquirir veículo próprio para o exercício da atividade.

A outra situação que mereceu aperfeiçoamento da lei é relacionada à carência do benefício. Caso o proprietário faça a alienação do veículo para um terceiro sem direito à isenção até dois anos após a compra com isenção, o alienante deverá recolher o tributo dispensado, atualizado na



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

forma prevista na legislação tributária. O projeto prevê que em caso de falecimento do proprietário nesse prazo de carência, a alienação não implicará na necessidade de recolhimento do tributo. Conforme lembrou o autor do projeto, a medida concede um mínimo de amparo aos herdeiros do motorista falecido, evitando que, além da perda afetiva, também enfrentem prejuízos materiais.

O projeto de lei, portanto, aperfeiçoa em dois pontos importantes a lei vigente, e promove justiça e estímulo para a categoria dos taxistas, que prestam o serviço de transporte individualizado mais seguro e tradicional na nossa sociedade.

III – VOTO

Ante o exposto votamos pela regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.398, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2398, DE 2022

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para garantir a utilização do benefício fiscal a taxistas, independentemente da propriedade prévia de automóvel utilizado na categoria de aluguel (táxi), e para permitir a alienação do automóvel, com dispensa do pagamento do imposto e dos acréscimos legais, no caso de falecimento do motorista profissional no período de dois anos, contado da data de sua aquisição.

AUTORIA: Senador Fernando Collor (PTB/AL)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para garantir a utilização do benefício fiscal a taxistas, independentemente da propriedade prévia de automóvel utilizado na categoria de aluguel (táxi), e para permitir a alienação do automóvel, com dispensa do pagamento do imposto e dos acréscimos legais, no caso de falecimento do motorista profissional no período de dois anos, contado da data de sua aquisição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

I – motoristas profissionais que detenham delegação do poder público como titular de autorização, permissão, alvará, contrato, adjudicação, outorga ou concessão para atividade de condutor autônomo de passageiros e que venham a destinar o veículo à utilização na categoria de aluguel (táxi);

.....” (NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“**Art. 6º**

§ 1º

§ 2º Fica dispensado do pagamento de que trata este artigo o alienante que houver adquirido o veículo de motorista profissional por transmissão *causa mortis*.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³, de, no mínimo, quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustível de origem renovável, sistema reversível de combustão ou híbrido e elétricos, quando adquiridos por taxistas, cooperativas de trabalho de taxistas e pessoas com deficiência.

No caso dos taxistas e cooperativas, a isenção somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de dois anos. Contudo, no caso de destruição completa, furto ou roubo do veículo, o taxista pode adquirir outro, ainda que dentro do referido prazo de dois anos, desde que destine o automóvel à utilização na categoria de aluguel.

O benefício fiscal foi recentemente prorrogado pela Lei nº 14.287, de 31 de dezembro de 2021, vigorando até 31 de dezembro de 2026.

Ocorre que a aplicação deste importante incentivo está sendo cerceada por uma interpretação restritiva por parte da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), no sentido de apenas autorizar a compra beneficiada aos taxistas que já possuem veículo próprio. Ou seja, aquele profissional que inicia a sua profissão como taxista e precisa adquirir o seu automóvel não goza da isenção do IPI, o que se mostra contrário à intenção da lei.

Por exemplo, na Solução de Consulta Interna nº 14, de 29 de maio de 2013, da Coordenação-Geral de Tributação da RFB, restou consignado que o taxista requerente da isenção de IPI deve comprovar que exerce a atividade de condutor autônomo de passageiros em veículo cujo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) esteja, necessariamente, em seu nome. Essa imposição afasta do benefício taxistas que sejam titulares de contrato de arrendamento mercantil do veículo, requisito previsto, por exemplo, no art. 8º





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

da Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, do Distrito Federal, para a concessão da autorização para a prestação do serviço de táxi.

Essa interpretação deve-se ao texto do inciso I do art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, que indica o direito ao benefício aos motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de taxista. Certamente, essa restrição não tem qualquer sentido e sequer é razoável, pois se está retirando o incentivo justamente daquele profissional que dele mais necessita, qual seja, o taxista no início da atividade.

Isto posto, já tarda a adequação da Lei nº 8.989, de 1995, no sentido de garantir a utilização do benefício fiscal a taxistas, independentemente da propriedade prévia de automóvel. É medida de justiça a merecer o aval da sociedade, justamente porque dá concretude ao art. 150, inciso II, da Constituição Federal, que trata do princípio da isonomia tributária.

Este projeto também permite que, em caso de falecimento do motorista profissional antes de expirado o prazo de dois anos relativo à carência do benefício, o veículo seja alienado sem a necessidade do pagamento do imposto e dos acréscimos legais previstos no art. 6º da Lei nº 8.989, de 1995. A medida busca conceder um mínimo de amparo aos herdeiros do motorista falecido, evitando que, além da perda afetiva, também enfrentem prejuízos materiais.

Tendo em vista a importância da categoria dos taxistas para o sistema de transporte pátrio, peço apoio dos nobres colegas do Congresso Nacional para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO COLLOR



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art150_cpt_inc2
- Lei nº 8.989, de 24 de Fevereiro de 1995 - Lei de Isenção do IPI para Compra de Automóveis - 8989/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;8989>
 - art1_cpt_inc1
 - art6
- urn:lex:br:federal:lei:2014;5323
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;5323>
 - art8
- Lei nº 14.287, de 31 de Dezembro de 2021 - LEI-14287-2021-12-31 - 14287/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14287>

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2.444, de 2022, do Senador Fernando Collor, que *altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura passa a examinar o Projeto de Lei (PL) nº 2.444, de 2022, do Senador Fernando Collor, que *altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.* PRONAMPE é a sigla que identifica o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios.

A Lei nº 13.999, de 2022, passaria a vigorar com um novo artigo 3º-B, que permite às pessoas físicas “detentoras de autorização ou permissão do poder público local para o exercício da atividade de taxista” contratar financiamentos pelo Pronampe para aquisição de veículo novo. Ficam regulamentados a taxa máxima de juros (SELIC + 2% ao ano), o prazo de pagamento (até 60 meses), o valor da operação (até R\$ 135 mil), a porcentagem máxima de financiamento em relação ao valor do veículo (90%), o prazo máximo de carência (90 dias), a periodicidade para utilização do crédito especial (uma vez a cada três anos), a forma de garantia (alienação fiduciária do veículo) e os equipamentos adicionais permitidos (adaptação para acessibilidade, taxímetro com biometria, luminoso e impressora).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

A norma resultante da aprovação do PL teria vigência imediata.

Justifica o autor sua proposição afirmando que os taxistas vêm sofrendo com as altas taxas de juros na aquisição de veículos novos. O Senador Fernando Collor informa ainda que os financiamentos de veículos novos com recursos do BNDES têm atingido taxas de juros superiores a 20% ao ano, enquanto as operações com recursos livres ultrapassam 27% ao ano, em média. Em função disso, prossegue, vários municípios brasileiros vêm permitindo que o serviço de táxis seja prestado com veículos cada vez mais antigos, solução que é considerada indesejável por trazer riscos de acidentes, elevar os níveis de poluição atmosférica e elevar os custos de manutenção dos taxistas.

A matéria foi recebida pelo Plenário desta Casa em 9 de setembro de 2022, tendo sido encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura, e posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa. Foi apresentada, no prazo regimental, a Emenda nº 1-T, do próprio Senador Fernando Collor. A emenda eleva o limite da operação para R\$ 200 mil, e inclui entre os itens financiáveis o kit para conversão do veículo para operação com Gás Natural Veicular (GNV).

II – ANÁLISE

Como cabe à CAE a decisão terminativa, passamos a analisar o mérito da proposta e da emenda apresentada sob a ótica do transporte individual público, conforme preconiza o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

É verdade que os taxistas enfrentam uma situação muito difícil na grande maioria dos mercados. Portanto, o PL merece aprovação.

Contudo, há algumas ponderações a fazer. O empréstimo subsidiado não deve se tornar por si só fonte de renda para o taxista, na forma da revenda do veículo adquirido em condições vantajosas antes do fim de sua vida útil. Assim, propomos que os empréstimos possam ser tomados a cada oito anos, idade que boa parte das prefeituras adota para a troca dos veículos, e que nos parece bastante razoável com a tecnologia atual. Por outro lado, o prazo máximo do financiamento seria estendido para abarcar esse tempo, reduzindo as prestações para os taxistas, de modo a aliviar seus caixas nos primeiros anos de operação, ou permitir investimentos maiores no serviço.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

A emenda nº 1-T também é meritória. Os preços de veículos têm subido fortemente devido às restrições de produção causadas pela pandemia de covid-19, com os veículos mais baratos do Brasil atingindo já o patamar de 70 mil reais. E a maioria das cidades têm exigências de tamanho de porta-malas e potência mínima dos táxis que inviabiliza a compra de veículos populares para o serviço. Assim, o empréstimo de R\$ 135.000 para a aquisição de veículos novos exigirá significativo aporte de recursos próprios dos taxistas, o que não parece factível nesse momento.

Em relação ao GNV, embora seja uma boa tecnologia, fato é que o mundo caminha para a mobilidade elétrica, que apresenta vantagens evidentes não só em termos de emissões locais e globais, como também no seu custo operacional. A viabilidade econômica é melhor, justamente, para aqueles motoristas que percorrem mais quilômetros por dia, como é o caso dos veículos de aluguel. Sabemos, porém, que essa opção exige uma disponibilidade de estações de recarga que ainda não está totalmente desenvolvida, de modo que seu uso deve ser incentivado justamente por políticas públicas como a que analisamos aqui, de modo a criar uma massa crítica de veículos que atraia novos investimentos em infraestrutura. Notamos, porém, que o valor necessário para adquirir um veículo 100% elétrico ou híbrido *plug-in* compatível com o serviço de táxi pode chegar facilmente a R\$ 400 mil, motivo pelo qual propomos a elevação do valor máximo financiável para os taxistas que façam essa opção.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 2.444, de 2022, e da emenda de nº 1-T, com as emendas que apresentamos a seguir:

EMENDA Nº -

Substituam-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, as expressões “60 (sessenta) meses” e “três anos”, nas redações propostas respectivamente para o inciso II do *caput* e para o § 2º do *caput* do art. 3º-B da Lei nº 13.999, de 2020, por “noventa e seis meses”.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

EMENDA Nº -

Substitua-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, a redação proposta para o inciso III do *caput* do art. 3º-B da Lei nº 13.999, de 2020, pelo seguinte texto:

III - valor da operação limitado, conforme o tipo de veículo adquirido:

a) ao menor valor entre R\$ 360.000 (trezentos e sessenta mil reais) e 90% da soma dos custos dos seguintes itens:

1. veículo novo com tração elétrica e bateria recarregável por fonte externa, com ou sem motor auxiliar a combustão;

2. carregador de corrente alternada, fixo ou portátil, compatível com o veículo;

3. taxímetro com biometria, luminoso e impressora;

4. equipamento de adaptação para acessibilidade, quando for o caso; ou

b) ao menor valor entre R\$ 200.000 (duzentos mil reais) e 90% da soma dos custos dos seguintes itens:

1. veículo novo com tração por motor a combustão, ou por motor elétrico com bateria abastecida por motor a combustão, ou ambos;

2. conjunto completo para utilização do gás natural veicular, quando for o caso;

3. taxímetro com biometria, luminoso e impressora;

4. equipamento de adaptação para acessibilidade, quando for o caso;

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2444, DE 2022

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.

AUTORIA: Senador Fernando Collor (PTB/AL)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao Capítulo II-A da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020:

“CAPÍTULO II-A

DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E DOS TAXISTAS

Art. 3º-A

.....

Art. 3º-B As pessoas físicas detentoras de autorização ou permissão do poder público local para o exercício da atividade de taxista poderão contratar financiamentos pelo Pronampe para aquisição de veículo novo, observadas as seguintes condições:

I - taxa de juros anual máxima igual à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de 2,0% (dois por cento);

II - prazo de até 60 (sessenta) meses para o pagamento;

III - valor da operação limitado a 90% (noventa por cento) do custo de aquisição de veículo novo, equipamento de adaptação para acessibilidade, taxímetro com biometria, luminoso e impressora ou R\$ 135 mil (cento e trinta e cinco mil reais), o que for menor; e



SF/22474.43746-00



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

IV – alienação fiduciária em garantia da operação, que deverá ter o início de sua execução, no máximo, a partir do nonagésimo dia de eventual inadimplência.

§ 1º Com exceção do expressamente disposto neste artigo, todas as demais disposições do Pronampe deverão ser observadas para as operações de que trata este artigo.

§ 2º Só poderão se beneficiar da linha de crédito de que trata este artigo os detentores de autorização ou permissão do poder público local para o exercício da atividade de taxista que não tenham contraído operações de crédito no Pronampe nos três anos anteriores à data de contratação.

§ 3º A garantia do Pronampe nas operações de que trata este artigo será subsidiária e nunca superior ao valor da dívida que sobejar ao apurado na execução da garantia principal prevista no inciso IV deste artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A categoria dos taxistas vem, há anos, sofrendo uma sequência de revezes: competição predatória, elevação contínua do preço dos combustíveis e, mais recentemente, em função da pandemia de covid, inflação elevada com reflexos sobre a taxa de juros na aquisição de veículos novos.

A política monetária contracionista promovida pelo Banco Central, em resposta à elevação da inflação no Brasil e no mundo, provocou a alta da Taxa de Longo Prazo (TLP). Com isso, os financiamentos de veículos novos com recursos do BNDES deixaram de ser suportáveis. A TLP para setembro de 2022 está em IPCA + 5,21% ao ano. O custo final para um taxista de um financiamento com linhas de crédito do BNDES será ainda acrescido da remuneração daquela instituição e do agente financeiro contratante na ponta, resultando em uma taxa de mais de 20% ao ano. Nos financiamentos para aquisição de veículos com recursos livres, os juros médios foram de 27,4%, no mês de junho, segundo a última apuração de dados de crédito publicada pelo Banco Central.

A conjunção desses fatores tem levado à obsolescência da frota de taxis no Brasil, o que traz riscos para usuários e motoristas; eleva os níveis de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

poluição atmosférica nas grandes cidades; e reduz os já depauperados ganhos dos taxistas, pela elevação dos custos de manutenção de seus veículos.

Vários municípios brasileiros, como Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, vêm, de forma paliativa, estendendo a vida útil permitida dos taxis. Essa, contudo, não é uma solução duradoura. Os custos crescentes com manutenção acabarão por exaurir toda a rentabilidade na atividade.

Têm sido frequentes os relatos de excesso de jornada por parte dos taxistas Brasil afora. Em Salvador, apenas para exemplificar, taxistas têm dormido em seus carros para, no fim da madrugada, retomarem sua jornada de trabalho, que se prolonga por mais de 24 horas, sem retorno a casa. Além da desumanidade desse excesso de trabalho sem descanso, existe também o aumento do risco para os próprios taxistas e seus passageiros.

Esta proposição tem por objetivo incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos no âmbito do Pronampe, especificamente para aquisição de veículos novos.

As operações terão prazo máximo de sessenta meses e juros equivalentes à taxa Selic + 2% ao ano. Para que não haja impacto sobre o Fundo Garantidor de Operações (FGO), prevê-se que as operações terão necessariamente garantia de alienação fiduciária e que o valor do empréstimo não poderá ser superior a 90% do valor do veículo. A solidez dessa sistemática de garantia real – diferentemente das demais operações do Pronampe – é o que torna viáveis esses financiamentos e, importante, eliminando qualquer risco de custos adicionais para o Tesouro Nacional. É uma proposta fiscalmente responsável.

Por essas razões – e visando a minorar parte das injustiças a que os taxistas vêm sendo submetidos – peço o apoio dos Pares a esta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO COLLOR



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

EMENDA Nº

(ao PL nº 2.444, de 2022)

Dê-se ao inciso III do art. 3º-B da Lei nº 13.999/2020, nos termos do que dispõe o art. 1º do PL nº 2.444/2022, a seguinte redação:

“Art. 1º

“CAPÍTULO II-A

DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS E DOS TAXISTAS

Art. 3º-A

.....

Art. 3º-B

.....

III - valor da operação limitado a 90% (noventa por cento) do custo de aquisição de veículo novo, equipamento de adaptação para acessibilidade, taxímetro com biometria, luminoso, impressora e conjunto completo para utilização do gás natural veicular ou R\$ 200 mil (duzentos mil reais), o que for menor; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui, na relação dos equipamentos passíveis de financiamento, o Conjunto Completo (kit) para Utilização do Gás Natural Veicular (GNV) e altera para R\$ 200 mil o valor máximo do veículo a adquirir, de modo a compatibilizar este valor com o prescrito na Lei nº 14.287/2021.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

As associações de taxistas nos informam que o Kit GNV possibilita uma redução considerável no custo de operação do veículo, pois o gás natural não umidifica os equipamentos internos do carro, diminuindo a chance de corrosão e a ocorrência de danos às peças.

Merece atenção especial o fato de o GNV, pela sua composição química, ser menos capaz, em relação à gasolina, de emitir poluentes que prejudicam o meio ambiente. O Gás Natural Veicular é considerado uma resposta bastante sustentável aos questionamentos que temos discutido desde a ECO-92, na qual iniciamos o estabelecimento de parâmetros seguros de desenvolvimento sustentável para o mundo, com a proteção da natureza e a melhoria da qualidade de vida para as gerações futuras.

Com esses dados, contamos com o apoio dos ilustres Senadores para a aprovação desta relevante emenda.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO COLLOR



SF/22615.34475-92

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.420, de 2019, do Senador Siqueira Campos, que *dispõe sobre a federalização da rodovia TO-080, no trecho entre a BR-153 e a BR-010.*

Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 4.420, de 2019, do Senador Siqueira Campos, que dispõe sobre a federalização da Rodovia TO-080, no trecho entre a BR-153 e a BR-010.

A proposição é formulada em dois artigos. O primeiro contém o objetivo da lei, incorporar a rodovia TO-080, no trecho compreendido entre a BR-153 e a BR-010, à malha rodoviária federal. O segundo carrega a cláusula de vigência imediata.

O autor, Senador Siqueira Campos, justifica a federalização por acreditar que a TO-080 é uma rodovia de interesse nacional, onde se localiza o acesso ao terminal ferroviário de Porto Nacional, fazendo a ligação rodoviária da capital Palmas com as duas rodovias federais.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres e, por força da tramitação terminativa nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Quanto à constitucionalidade, a matéria atende aos ditames do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, que estabelece que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o caput do art. 48 da CF, não havendo reserva de iniciativa a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No mérito, o arco rodoviário que se pretende federalizar está de acordo com os objetivos do Sistema Federal de Viação, por viabilizar grandes fluxos de mercadorias em regime de eficiência, por meio de corredores estratégicos de exportação e abastecimento, como são os casos da BR-010 e BR-153.

Finalmente, no que concerne à juridicidade, o projeto atende a boa técnica legislativa, em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.420, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Siqueira Campos

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-080, no trecho entre a BR-153 e a BR-010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a rodovia TO-080, no trecho compreendido entre a BR-153 e a BR-010, incorporada à malha rodoviária federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O trecho da rodovia objeto deste projeto faz a conexão entre a BR-153 e a BR-010. Nesse trecho rodoviário está localizado o acesso ao terminal ferroviário de Porto Nacional. Ademais, faz a ligação rodoviária da capital Palmas com essas duas rodovias federais.

É esperado que em virtude da operação do terminal de Porto Nacional, esse trecho rodoviário tenha sua demanda significativamente aumentada e demande investimentos substanciais, especialmente pelo fato de ainda ser de pista simples.



Entretanto, é forçoso destacar que o governo do estado por contar com fortes limitações orçamentárias, não é capaz de arcar com todo o investimento que a região demanda. Nesse sentido, por se tratar de uma via de ligação de interesse nacional, esse importante trecho rodoviário deve ser de domínio da União, que, por contar com orçamento muito mais robusto, poderá mais facilmente arcar com essa importante atribuição.

Ante à grande importância do projeto que ora apresentamos, solicitamos o apoio dos nobres Pares para sua expedita aprovação.

Sala das Sessões,

Senador SIQUEIRA CAMPOS



SF/19072.67960-84



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4420, DE 2019

Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-080, no trecho entre a BR-153 e a BR-010.

AUTORIA: Senador Siqueira Campos (DEM/TO)



[Página da matéria](#)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2023 - CI seja incluído o seguinte convidado:

- o Senhor Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica.

Sala da Comissão, de de .

Senador Lucas Barreto
(PSD - AP)